



ELBO



PORTE
PAGO

ANO XI
N.º 130
MENSAL
MARÇO
1985
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA



«CRÓNICA DOS BONS MALANDROS» EDITADA EM BRAILLE

PÁG. 3

SURDOS VÃO TER DICIONÁRIO GESTUAL

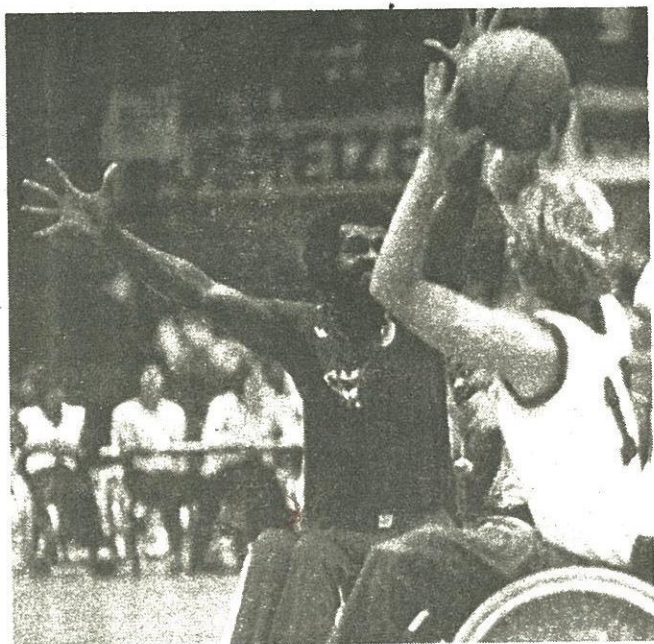
PÁG. 2

A IMAGEM DO DEFICIENTE NA LITERATURA

PÁG. 5

REABILITAÇÃO NO PORTO

PÁG. 4



**TORNEIO DE BASQUETEBOL
EM CADEIRA DE RODAS**

ALCOITÃO VENCEDOR

PÁG. 11

Lisboa recebeu Reunião Europeia de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra

CENTRAIS



**Federação Mundial
conta com a ADFA
para fazer a ponte
com África lusófona**

PÁG. 6

Presidente da República recebeu delegações

PÁG. 7



**O contributo
da delegação portuguesa
nos debates
— intervenção centrada
nos problemas
da integração social**

PÁG. 6

**A situação
do deficiente militar na Europa
— depoimentos de França e Itália**

PÁG. 9

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA DIA 30 DE MARÇO EM LISBOA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 27.º dos Estatutos, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no próximo dia 30 de Março de 1985 (sábado), com início às 14 horas, no Anfiteatro da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, sita na Av. Egas Moniz (junto ao Hospital de Sta. Maria), em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional e Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central, relativos a 1984.
2. Actualização de Quotas para 1986.
3. Alteração do Regulamento Eleitoral.
4. Apreciação do processo disciplinar instaurado ao sócio n.º 8387 José Luís Cavaco Ferreira.

ADFA, 8 de Março de 1985

**A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
O Presidente**

António J. Lavouras Lopes

SURDOS AGUARDAM DICIONÁRIO GESTUAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

● Um Dicionário Gestual é um instrumento de que dispõe a maior parte das línguas com difusão à escala mundial e lhes confere uma dimensão mais universal e consagra a vontade social de integração do deficiente auditivo. O Português é uma língua falada em todo o Mundo, mas não dispõe ainda desse instrumento basilar.

Os surdos portugueses poderão finalmente ver tornada realidade uma reivindicação pela qual se vêm batendo desde há vários anos. Espera-se, com efeito que o Secretariado Nacional de Reabilitação venha a desbloquear durante o ano em curso as verbas necessárias para a elaboração de um Dicionário Gestual de Língua Portuguesa, como consta do seu Plano de Actividades, recentemente divulgado. Esse dicionário, contrariamente ao que à primeira vista se poderá pensar não se destina a ser utilizado exclusivamente por surdos pois, como adiante se mostrará neste artigo, os problemas de comunicação dizem respeito não apenas aos que não ouvem mas também àqueles que não conseguem fazer-se ouvir.

Em 1977 foi publicada em Portugal uma obra intitulada «Mãos que Falam», em que se incluíam algumas expressões da Língua Gestual Portuguesa, resultado do trabalho conjunto da Divisão de Educação Especial do Ensino Básico, do Instituto de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa e da Associação Portuguesa de Surdos.

Essa obra pioneira é porém de alcance limitado e não preenche de modo algum uma falha que continua a fazer-se sentir: não existe um Dicionário Gestual, de língua portuguesa.

Se como se espera, o Secretariado Nacional de Reabilitação vier a concretizar este ano esse ponto do seu plano anual de actividades, os surdos portugueses verão concretizados um direito que lhes vem sendo negado há muito tempo e a Língua Portuguesa assumirá plenamente uma sua dimensão que tem sido esquecida, contrariamente ao que sucede com a generalidade de todas as outras línguas de difusão à escala mundial, que dispõem já desse instrumento de trabalho fundamental.

Problema é de todos

Num relatório recente da Associação Portuguesa de Surdos destinado ao secretário-geral da Federação Mundial, dr. Cesare Magarotto, é feito notar que os problemas de comunicação do surdo como indivíduo não lhe pertencem em exclusivo, são também da ou das pessoas que com ele comunicam.

Os que ouvem tendem a considerar os «problemas de comunicação» como sendo apenas de quem não ouve. Os surdos portugueses contestam essa concepção e afirmam que a sociedade e as pessoas em geral actuam contra o surdo, recusando aceitar a sua quota parte nas responsabilidades que esses problemas acarretam.

Consequências da forma como a sociedade procura ignorar os problemas do surdo (e os seus problemas em entrar em

comunicação com ele) são por exemplo a ausência de legendagem nas emissões de TV, a ausência de intérprete gestual na maior parte dos serviços noticiosos, a inexistência de intérpretes nos serviços de atendimento de público em que a sua presença é mais necessária, a inexistência de ensino da Língua Gestual para professores de surdos e funcionários que mais particularmente estão em contacto com surdos.

Baixo nível de escolaridade

A população surda em Portugal tem de uma forma geral um baixo nível de escolaridade, o que não espanta com todas as barreiras à comunicação que atrás ficaram expostas.

Por outro lado, nas escolas para surdos em Portugal os professores usam apenas a comunicação oral e apenas há professores de linguagem gestual nas escolas da Associação Portuguesa de Surdos.

Assim a possibilidade de acesso do surdo às profissões especializadas vai-se tornando cada vez menor.

Acrescem que muitos pais e familiares de crianças surdas estão convencidos de que a comunicação oral é o melhor e

mesmo o único meio de comunicar. Enquanto esta ideia existir, afirma o relatório da APS, «o Estado não se vê compelido a criar uma legislação sobre o uso da Língua Gestual Portuguesa pelos professores das escolas para surdos».

«Em Portugal nas escolas e centros profissionais de formação existentes, tem sido evidente a fuga ao ensino de novas profissões e tecnologias a (in)confessada justificação é que os surdos são muito («ignorantes» e/ou semi-analfabetos para realizar trabalhos intelectuais elevados (...) Mesmo nos pou-

cos casos de surdos com cursos superiores, a grande maioria diplomou-se em «Belas-Artes»; isto não significa que a arte em si não requiera esforço mental. Mas os cursos de arte são aqueles em que o labor intelectual é menos intenso.

«Tudo isto tende a «justificar» o facto de muitos surdos; quer em Portugal quer noutros países, estarem confinados ao trabalho manual e afastados das profissões especializadas e de chefia.

Formação deficiente

«É verdade que até agora a formação profissional ministra-

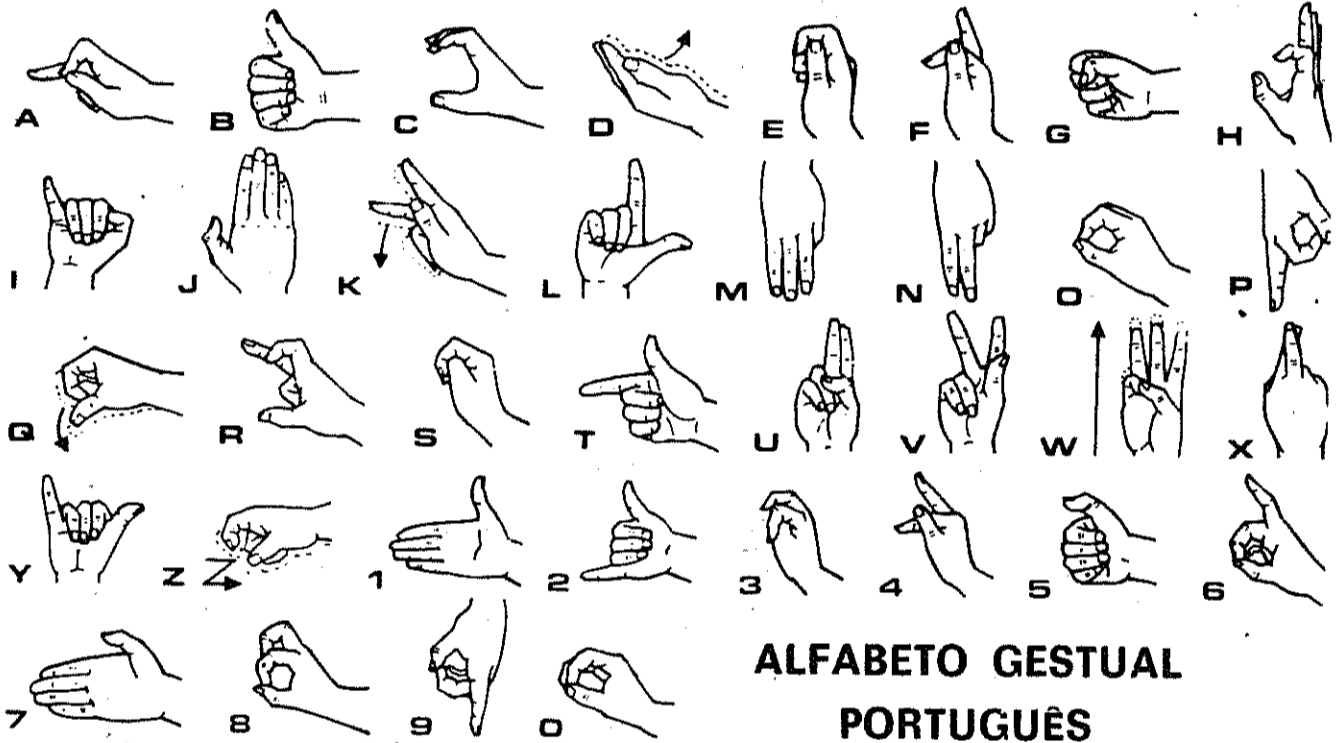
da aos surdos em Portugal tem sido muito deficiente» acusa a APS e comenta: As novas profissões que implicam novos conhecimentos são faladas, ou seja, o ensino da actividade manual impera...

«Para lá disso, há em Portugal muitos surdos que são excelentes trabalhadores nalgumas áreas, mas como dissemos a actividade manual como carpintaria, metalurgia, escritório e confecções prevalece.»

O relatório lembra depois que o mercado de trabalho evoluiu nos últimos anos em Portugal

exigindo qualificações mais elevadas: um trabalhador especializado necessita hoje de pelo menos cinco anos de ensino secundário. Essa realidade vem aumentar os problemas dos surdos com baixas qualificações escolares. Daí resulta desde logo a sua impossibilidade de acesso aos centros de formação.

Do problema da quase generalizada fraca escolaridade do surdo acresce a inexistência de linguagem gestual ou intérpretes gestuais nas aulas desses cursos. Como aprender os segredos de uma profissão?



ALFABETO GESTUAL PORTUGUÊS

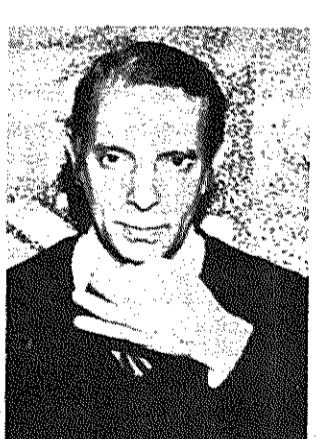
Ver com as mãos o complexo e estimulante mundo



É surdo...



... mas ...



... fala

SEGURO DE VIDA-GRUPO PODE SER FEITO NA SEDE DA ADFA

Qualquer associado que recorra ao empréstimo bancário para aquisição de habitação própria, quer ao abrigo do juro especial para deficientes quer em condições normais, é obrigado a fazer um seguro de vida que, muitas vezes, adicionado ao pagamento da dívida, se torna difícil de suportar.

Com o objectivo de diminuir estes custos, a ADFA celebrou um acordo com a Companhia de Seguros Fidelidade, através do qual os nossos sócios poderão fazer os seus seguros de vida em condições vantajosas.

Pela referida Companhia foram abertas duas apólices

distintas, uma destinada ao seguro obrigatória de CRÉDITO À HABITAÇÃO, tendo como beneficiário a Caixa Geral de Depósitos e a outra para ADESÃO FACULTATIVA.

Custo do seguro

O custo do seguro destina-se no momento da adesão, de acordo com a idade da pessoa segura, o prazo de empréstimo e o capital em dívida, sendo sempre inferior ao praticado em seguros individuais.

Mais vantagens

O custo será pago em mensalidades, debitadas directamente na conta exist-

tente na Caixa Geral de Depósitos, daí uma cobrança mais suave.

Tratando-se de um seguro cujo capital em dívida vai diminuindo em cada ano, o prémio a pagar por cada pessoa decresce igualmente na mesma proporção.

O que é necessário

Para aderir a esta modalidade basta a data de nascimento do interessado, valor do empréstimo ou capital em dívida, número de anos de empréstimo não decorridos e preencher os respectivos impressos.

Este seguro apresenta três escalões de capitais fi-

xos, respectivamente 250, 500 e 750 contos, pelo que os interessados escolherão o que melhor se adapte ao seu caso pessoal.

O custo mensal de cada escalão varia de acordo com a idade a partir dos 35 anos e tem como valores mínimos 96\$00, 191\$00 e 286\$00.

Dado o elevado número de sócios que a nossa Associação possui, torna-se ne-

cessária a aderência de um número mínimo de sócios e cônjuges, caso contrário esta apólice correrá o risco de ser anulado por imposições legais.

Atendimento e informações na sede da ADFA

A fim de informar convenientemente os nossos só-

cios e encaminhar todo o processo com o máximo de comodidade, encontra-se na sede da ADFA, todos os dias úteis, entre as 9.00 e as 12.00 horas, um técnico de seguros, funcionário da respectiva seguradora, pelo que os interessados deverão contactar o serviço de recepção da sede, não necessitando para o efeito de se deslocarem à ADFA, uma vez que todas as informações podem ser prestadas telefonicamente ou por escrito.

Tiragem deste número: 7000 exemplares

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS

CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel (01) — 2202385

SÓCIO ARMANDO ALVES

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA

NA FACULDADE DE LETRAS

ALUNOS CEGOS TOMAM A INICIATIVA

Alunos cegos da Faculdade de Letras de Lisboa, confrontados com a falta de meios de estudo, decidiram tomar os seus problemas nas suas mãos e criar uma biblioteca sonora na sua Universidade. Outros se lhes juntaram já, incluindo o Reitor, que se mostra disposto a dar todo o apoio a esta iniciativa, que não visa só resolver os problemas dos seus promotores, antes se pretende aberta a «todos os estudantes de todos os cursos».

São por demais conhecidas as polémicas que se geram em redor da questão do acesso ao Ensino Superior. Os felizes eleitos que conseguem uma passagem, deparam, depois, com inúmeros obstáculos que dificultam o andamento normal dos seus estudos. Por último, um leque interminável de questões e problemas afectam ainda mais contundentemente os deficientes que estudam no Ensino Superior.

Jerónimo tem 28 anos e é cego há quatro anos devido a um acidente de viação. Depois de ter feito um curso de Reabilitação na Fundação Raquel e Martin Sain, e após a realização da sua viagem interior, tal como ele mesmo nos referiu, resolveu-se por um curso de Filosofia para o qual se sentia vocacionado.

A esse respeito; disse-nos:

«Depois do acidente e quando soube que não voltaria a ver, fiquei, naturalmente, muito abalado. Mas a minha família e amigos ajudaram-me incomparavelmente. Se eles acreditavam em mim eu não os queria decepcionar.

Quando fui para o Centro Sain fazer a reabilitação, submeti-me a testes vocacionais e descobri que eram realmente a Filosofia e as Artes as minhas áreas de interesse. Já que não poderia cursar Artes, fui para a frente com a Filosofia, lutando com algumas dificuldades mas tentando vencê-las no dia a dia.

Aqui, na Faculdade, os professores têm-nos ajudado muito, a nós invisuais, pois que todos ou quase todos aderiram facilmente à gravação das suas aulas.

À partida e em relação aos nossos colegas ficariam prejudicados, já que Fi-

losofia é um curso que exige leituras intensas de várias obras assim como exaustivas consultas o que nos condiciona sobremaneira. Se os professores não nos deixassem gravar as aulas ficaríamos quase impossibilitados de estudar já que elas são o ponto de partida para o nosso trabalho e é nelas que nos baseamos para construir o nosso estudo. No meu curso conheço outros invisuais e sei de outros a quem isso também acontece, nomeadamente em Línguas e Direito. Pessoalmente ainda não deparei com qualquer oposição por parte dos professores à gravação de aulas e penso que os meus colegas também não.

Biblioteca Municipal do Porto — um extraordinário apoio ao Deficiente Visual

Uma forma eficaz de deficientes Visuais poderem estudar é a escrita Braille. Só que como se sabe as obras são raríssimas e de veras volumosas. A utilização da cassette parece ser a resposta possível mais imediata e mais eficaz.

Para estudar, utilizamos as «cassettes». No Porto encontramos à nossa disposição um variado número de obras gravadas que nos ce-



Jerónimo, um exemplo da força dos deficientes

dem amavelmente. Se tivermos a necessidade de gravar algum livro fazemos o possível para atender o nosso pedido, apesar de terem outros lados para onde se virar já que têm de pensar nas crianças na idade das histórias, no homem comum e na camada estudantil do Ensino Secundário. Somos, de qualquer forma, bem atendidos, a sua capacidade de resposta é boa. No meu caso que moro em Lisboa, enviam-me o material por correio o que me sai extremamente barato já que só tenho de pagar cinquenta escudos por cada quilo.

Aqui, em Lisboa, apesar dos esforços, a Biblioteca Nacional tem uma capacidade

de de resposta muito menor. A boa vontade da biblioteca não tem conseguido ultrapassar e corresponder aos inúmeros pedidos de que é alvo.

Um espaço próprio e um estúdio de gravação

Os invisuais da Faculdade de Letras de Lisboa sentiram a necessidade e o direito de criar um espaço fundamentalmente seu. Pensaram criar um estúdio de gravação onde pudessem gravar as obras que lhes fizessem falta e dispo-las em prateleiras à guisa de biblioteca de «cassettes».

A nível de Faculdade faz sentido haver uma prática de apoio ao deficiente e pensamos então na Biblioteca e no estúdio de gravação. Inventar-se sempre mais um espaço para isto ou para aquilo por que não um espaço dedicado a nós e, ao fim ao cabo, dedicado a todos?

Até agora temos tido uma recepção boa por parte de todos: dos nossos colegas, dos professores (especialmente de uma professora de clássicas a Dr.ª Isabel Gonçalves). Já contactámos com o reitor que acolheu bem a ideia e tivemos também contacto com o Ministério da Educação.

A concretização desta

ideia iria minimizar os nossos problemas já que por vezes as obras que pedimos não chegam a tempo o que se compreende. Por outro lado o nosso projecto é já a pensar no futuro; pensamos já nos deficientes que nos irão suceder e que encontrarão já o seu trabalho facilitado.

O projecto que temos em mente não se destina exclusivamente aos invisuais. Pretendemos abranger todos os cursos e todos os estudantes que por qualquer motivo queiram ou precisem consultar a nossa biblioteca de «cassettes».

Jerónimo é apenas um exemplo da força que os deficientes fazem para provar que a integração é possível. Como ele existem outros e na Faculdade de Letras de Lisboa já são muitos.

A iniciativa que estão a tentar desenvolver não pode ficar no papel, urge passá-la à prática e para isso alertamos os responsáveis ou as entidades que possam ajudar à sua concretização.

Num País como o nosso é premente criar quanto antes as estruturas que sejam o suporte e a garantia da participação cada vez mais activa do deficiente na sociedade. Só falta que lhes deem oportunidades.

ANA AMARAL

«CRÓNICA DOS BONS MALANDROS» EDITADA EM BRAILLE

A «Crónica dos Bons Malandros» vai conhecer uma nova edição ainda este mês, facto que não espanta dado o acolhimento que a divertida obra de Mário Zambujal mereceu por parte do público leitor. Porém, desta feita, não se trata de uma edição como as demais, dado que se destina a cegos e utiliza escrita Braille. A edição, a cargo do Centro de Recursos da Divisão de Ensino Básico do Ministério da Educação, foi produzida por um moderníssimo computador, capaz de converter a escrita impressa em escrita táctil quase à velocidade do relâmpago. Talvez ainda durante o mês em curso muitos cegos portugueses vão poder ler Zambujal nas suas associações ou requisitar a obra na Biblioteca Nacional.

Esta primeira edição Braille da «Crónica dos Bons Malandros» destina-se a várias associações de cegos e outras organizações de deficientes com filiados cegos (a ADFA irá dispôr de um exemplar), bem como às bibliotecas públicas mais importantes.

Em contacto com o coordenador do Centro de Recursos responsável pela edição, eng.º Luís Azevedo, ficámos a saber que a «Crónica dos Bons Malandros» foi escolhida para livro-teste ao material informático oferecido pelo Governo sueco ao Ministério da Educação português.

A escolha resultou do grande interesse da opinião pública pelo livro do jornalista português, expresso nas várias edições impressas a negro e na passagem ao cinema da obra.

A experiência, segundo nos revelou Luís Azevedo, resultou em pleno e, depois de vários problemas com a obtenção de papel para a edição, — a fase de processamento em «diskette» es-

tava concluída desde o ano passado — a obra encontra-se já pronta e poderá ser distribuída ainda durante o mês de Março.

A possibilidade de concretização desta estreia em termos de difusão de uma ainda novidade literária junto dos cegos portugueses, sublinha Luís Azevedo, ficou ainda a dever-se à gentileza do autor e da editora da obra impressa a negro, a Livraria Bertrand, que cederam graciosamente os direitos desta pequena edição.

Computadores Inteligentes

O Centro de Recursos, antes desta experiência com as boas malandricas de Zambujal, tinha já produzido alguns livros pedagógicos com os seus quatro «computadores inteligentes» (isto é, que podem funcionar independentemente uns dos outros), capazes de transformar em Braille, no espaço de 5 segundos, uma página escrita a negro.

Com esta edição-piloto, aquele serviço do Ministério da Educação pretende testar a sua capacidade de resposta a eventuais solicitações do exterior



Mário Zambujal

(por exemplo das Bibliotecas Públicas) para rentabilizar o material extremamente aperfei-

çoado de que dispõe, cujo valor é superior a 50 mil contos.

O Centro de Recursos, além das edições Braille desenvolve muitas outras actividades na área da comunicação, produzindo material como livros, jogos, brinquedos, «slides», filmes e diaporamas, destinado à utilização por professores e alunos do ensino pré-primário, primário e preparatório. O ensino secundário está excluído da sua esfera de acção por razões burocráticas, visto depender da Direcção do Ensino Básico que só tem esses três escalões a cargo.

Muito haveria ainda para dizer quanto às possibilidades técnicas do material oferecido pela Suécia de que este Centro de Recursos dispõe. Mas deixaremos isso para futura reportagem que o ELO fará num dos próximos números.

Fiquemos-nos por agora com a alegria de saber que dentro em pouco os cegos poderão pedir a «Crónica dos Bons Malandros» na Biblioteca Nacional ou na sua associação.

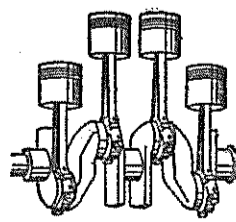
COLEÇÃO DE CARTEIRAS DE FÓSFOROS SOBRE DESPORTO

As fotos acima publicadas são algumas reproduções de uma colecção de vinte cartelas de fósforos sobre o tema «Desporto para Deficientes».

Esta colecção com embalador em cordas de acetato que se encontram à venda na sede e delegações da ADFA por 25\$00 cada.

Esta edição foi feita pela Sociedade Nacional de Fósforos e teve o apoio do S. W. B. e do ISEF por iniciativa da ADFA para comemorar o seu 10.º aniversário.

Os fundos obtidos com a venda destas colecções destinam-se a adquirir material para a prática de desporto por deficientes.



FIMAR AUTO
PEÇAS E ACESSÓRIOS
PARA AUTOMÓVEIS

DESCONTOS ESPECIAIS
AOS SÓCIOS DA ADFA

TELF. 765160/8 - 731369

R. DAVID DE SOUSA, 13-C E 13-D — 1000 LISBOA

VENDE-SE

Terreno totalmente murado com água e luz na Charneca da Caparica.

31 x 15 m = 465 metros quadrados
Tel: 820671

A REABILITAÇÃO QUE FAZEMOS NO PORTO (III) NÚMEROS QUE FALAM POR SI

Por ABEL FORTUNA

A importância do Centro Oficial de Meios Ortopédicos (COMO), no Porto, é por demais evidente para que sejam necessários adjectivos: os números e as fotos que temos publicado e as que nesta edição se acrescentam falam por si.

Reabilitação a nível geral

O sector de Reabilitação mereceu uma atenção e um cuidado constantes por parte da Direcção, por se tratar de uma actividade dirigida para um dos objectivos fundamentais da ADFA.

Se no que se refere aos Deficientes sensoriais e mentais,

as Entidades Governamentais ligadas à problemática dos Deficientes e estudar os projectos da ADFA no domínio da Reabilitação.

Esta representação acompanhada por elementos da ADFA, manteve contactos directos com Ministros da Saúde e do Trabalho, com os Secretários de Estado do Emprego, Secre-

Universitários, bem como na colocação e adaptação de próteses.

De 4 a 10 de Junho verificou-se a participação de dois elementos da Delegação do Porto, no XV CONGRESSO MUNDIAL DE REABILITAÇÃO INTERNACIONAL, ocorrido em Lisboa. Neste Congresso, foi possível estabelecer contactos com Organizações Nacionais e Estrangeiras, assim como tomar contacto com equipamentos e materiais tecnicamente mais avançados.

Novas técnicas e materiais

De 29 de Setembro a 3 de Outubro participámos a convite da firma OTTO BOCK, IBÉRICA na inauguração das novas instalações, bem como na frequência de um Seminário sobre novas técnicas e materiais aplicados na execução de próteses.

Manteve a ADFA durante o XV CONGRESSO MUNDIAL DE REABILITAÇÃO um Pavilhão onde foi montada uma exposição documental e fotográfica, cuja Organização foi da responsabilidade da Delegação do Porto.

Foram mantidos e incrementados os contactos com as Entidades Oficiais com a finalidade de ser dada prossecução ao Projecto de Ampliação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos e sua Transformação em Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado, tendo sido celebrado um contrato com um Gabinete de Arquitectura para execução do programa preliminar base do estudo prévio, anteprojecto e projecto.

Colaborou a Delegação do Porto no arranque de iniciativas relacionadas com a montagem de Serviços Oficiais de Meios Ortopédicos noutras Delegações através de:

- a) Execução dos estudos do programa para a criação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos em Évora, tendo feito a sua entrega à Direcção Central em Junho, sem que tivesse recebido qualquer ajuda financeira por parte daquela;
- b) Minистраção de um estágio intensivo na área das próteses, de 1/3/84 a 31/12/84 ao trabalhador de Évora, Joaquim Alberto Santana Valadas, para que o mesmo pudesse dar o seu contributo no futuro Centro de Évora;
- c) Acompanhamento do projecto para adaptação das

novas instalações da Delegação de Bragança, tendo em vista a montagem de um serviço de comercialização de Meios Ortopédicos e ajudas mecânicas;

- d) Acompanhamento nos estudos relativos à criação de um Centro Oficial de Meios Ortopédicos em Ponta Delgada, tendo a Delegação recebido a visita de uma representação do Governo Regional dos Açores.

Centro Oficial de Meios Ortopédicos

O quadro de pessoal do C. O. M. O. registou algumas variações ao longo do ano, como a seguir se descreve:

- a) Por força do ingresso do fisioterapeuta Claudino Ferreira no serviço militar, foi necessário proceder à contratação de uma fisioterapeuta em regime de part-time;
- b) Por força do ingresso de 2 (dois) aprendizes no serviço militar foram admitidos dois outros candidatos em Setembro, após abertura do respectivo concurso;

teses, e dois aprendizes e um ajudante.

Procurou-se que o seu funcionamento respeitasse os princípios de um trabalho em equipa, em que interviesse todos os elementos por onde passasse o processo Reabilitacional.

A actividade desenvolvida pelo Centro poderá ser apreciada pelos mapas.

Analisando os quadros atrás referidos verifica-se o seguinte:

- a) A entrada de mais 156 novos utentes, dos quais 142 civis e 14 militares, o que significa uma acentuada procura dos nossos serviços;
- b) Que foram executadas mais 39 próteses, e mais 48 ortóteses do que no ano anterior;
- c) No final do ano verificou-se a existência em laboração de menos próteses ortóteses que no ano anterior, o que significa ter sido possível encurtar os prazos de entrega.

O Serviço de Fisiatria efectuou 205 consultas médicas da especialidade. Estas consultas efectuaram-se mediante marca-

trabalhado em estreita colaboração com a Fisiatria e a equipa técnica.

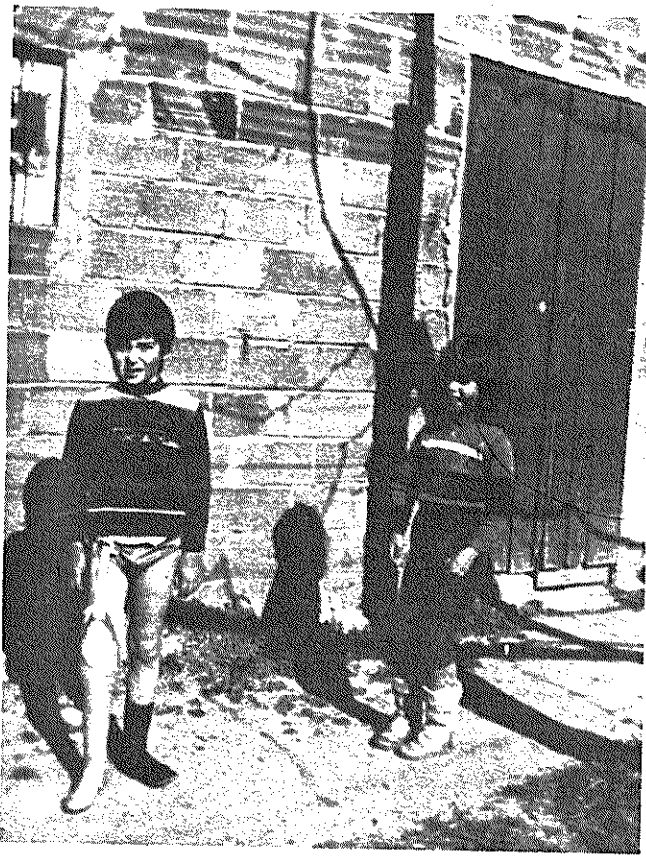
A Terapeuta Ocupacional funcionou em regime de part-time e nos moldes já referidos.

Programas Comparticipados

A estreita colaboração entre a Delegação do Porto e a ACTION POUR LES HANDICAPÉS MOTEURS PORTUGUAIS, FUNDO MUNDIAL DE REABILITAÇÃO e o GOVERNO CIVIL DO PORTO permitiu obtenção de fundos para que alguns Deficientes Motores beneficiassem de comparticipações para a sua Reabilitação Protésica e de Bolsas de Estudo para a frequência de Cursos Universitários.

Da comparticipação para próteses e ortóteses, beneficiaram 4 (quatro) Deficientes, 2 (dois) adultos e 2 (duas) crianças, todos amputados, atingindo o montante dos subsídios a importância de 149 659\$00 (cento e quarenta e nove mil seiscientos e cinquenta escudos).

Das bolsas de estudo beneficiaram 6 (seis) Deficientes, atingindo o montante das comparticipações, a importância de 300 000\$00 (trezentos mil escudos).



Criança com prótese aplicada no COMO



Criança amputada antes da aplicação da prótese

tais preocupações se confinaram a pugnar pela adopção de uma correcta política de Reabilitação, no que respeita aos Deficientes motores pode intervir na prática, imprimindo ao Centro Oficial de Meios Ortopédicos uma orientação consentânea com o espírito e as conclusões do 2.º CONGRESSO NACIONAL DA ADFA.

Em 1984, foi possível enriquecer as ligações e os conhecimentos da Delegação com métodos e processos seguidos internacionalmente através da visita de Delegações Estrangeiras e das participações em Congressos e Seminários.

De 19 a 25 de Janeiro verificou-se a visita a Portugal a convite da Delegação do Porto, de uma representação do FUNDO MUNDIAL DE REABILITAÇÃO, na pessoa dos seus Presidente e Vice-Presidente, cuja finalidade foi a de contactar com

tário Nacional de Reabilitação e Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, bem como a Fundação Calouste Gulbenkian.

Tratou-se de uma visita proveitosa e que serviu para alertar os responsáveis governamentais para a necessidade de implementação de medidas objectivas que visem solucionar os problemas enfrentados pelos Deficientes.

A convite da ACTION POUR LES HANDICAPÉS MOTEURS PORTUGUAIS, na pessoa do seu Presidente Sr. A. Douglas Russel, verificou-se a deslocação a Paris de 15 a 22 de Março de 1984, de uma representação da Delegação do Porto, com a finalidade de obtenção de apoios para comparticipações em programas de bolsas de estudo para Deficientes que frequentassem Cursos

ção prévia, nas tardes de cada quinta-feira da semana.

O Serviço de Medicina Física e Reabilitação (Fisioterapia e Electro-Terapia) funcionou durante os 3 (três) primeiros meses do ano a tempo inteiro, e nos 9 (nove) meses seguintes em regime de part-time, tendo

As importâncias atrás citadas foram concedidas expressamente para Deficientes Civis, por desejo das Entidades que concederam os apoios, tendo a Delegação do Porto sido escolhido para seleccionar e atribuir os subsídios, de acordo com os critérios previamente definidos.

ENTRADA DE NOVOS UTENTES EM 1984

ANO	AMPUTAÇÕES				Ortóteses	Outros	TOTAL	Civis	Milit.
	TPB	AK	BE	AE					
1984	21	34	08	12	15	66	156	142	14

MAPA DE EXECUÇÃO E REPARAÇÃO DE PRÓTESE E ORTÓTESES EM 1984

ANO	PÓTESES	ORTÓTESES	OUTROS	TOTAL
1984	349	172	01	522

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO POR TIPOS

TIPOS	SERVIÇO	TOTAL SERVIÇO	TOTAL TIPO	CIVIS		MILIT.		
				CIVIS	MILIT.	CIVIS	MILIT.	
Abaixo do Joelho	Novas Repar.	77	145					
		68						
Acima do Joelho	Novas Repar.	48	122					
		74						
Abaixo do Cotovelo	Novas Repar.	19	52					
		33						
Acima do Cotovelo	Novas Repar.	12	30					
		18						
Ortóteses	Novas Repar.	17	29					
		12						
Palmilhas Sapatos Outros	Novas Repar.	34	34					
		109		109				
		1			1			
TOTAIS		522	522	407	115			

PRÓTESES E ORTÓTESES NO FINAL DO ANO

TIPOS	SERVIÇO	TOTAL SERVIÇO	TOTAL TIPO	CIVIS		MILIT.		
				CIVIS	MILIT.	CIVIS	MILIT.	
Abaixo do Joelho	Novas Repar.	12	15					
		3						
Acima do Joelho	Novas Repar.	20	21					
		1						
Abaixo do Cotovelo	Novas Repar.	11	18					
		7						
Acima do Cotovelo	Novas Repar.	6	7					
		1						
Ortóteses	Novas Repar.	3	3					
		—						
Palmilhas Sapatos Outros	Novas Repar.	2	2					
		6		6				
		0			—			
TOTAIS		72	72	43	29			

A IMAGEM DO DEFICIENTE NA LITERATURA

— FUNDAMENTOS CULTURAIS DA MARGINALIZAÇÃO

As reacções dos personagens literários deficientes e não-deficientes entre si espelham normalmente aquilo que se passa no mundo real, e não abundam os exemplos de obras em que, como em «Nossa Senhora de Paris», de Victor Hugo, o sineiro corcunda vence a competição que o opõe ao galante capitão da guarda. O artigo que se segue procura explicar porquê e extrair algumas consequências desse facto.

Iniciámos no penúltimo número a abordagem de um tema que, conforme dissemos, poderá ser de grande importância para a compreensão do estatuto do deficiente na sociedade.

Adiantámos alguns dados sobre a hipótese de a imagem que a literatura nos dá do deficiente ser um reflexo do seu próprio estatuto real. Ou seja, o relacionamento e hierarquização da personagem deficiente no universo da ficção, em função das outras personagens, poderá ser entendido como uma projecção do próprio posicionamento da pessoa deficiente no mundo real.

Terminámos essa primeira reflexão, levantando a seguinte questão: será a marginalização das pessoas deficientes inerente à natureza humana, ou será antes um produto da educação e da cultura?

Não será fácil encontrar uma resposta peremptória e definitiva. Essa resposta, uma vez conhecida, seria o grande ponto de partida para uma filosofia correcta sobre a integração social. E seria demasiado ambicioso pretender encontrar aqui esse ponto de partida. De qualquer modo, interessá prosseguir com mais algumas reflexões nesse vasto mundo da criação artística, onde o homem tanto se supera, como se retrata fielmente.

Natureza ou cultura?

O comportamento e as reacções das pessoas ditas normais perante um deficiente são uma forma de

conhecimento. Interessa saber como é que esse conhecimento foi adquirido. Através da educação, por força dos estereótipos, ou trata-se antes de uma reacção natural, produzida espontaneamente pelas estruturas inatas da mente humana? Isto é, face ao objecto de conhecimento que é o deficiente, o sujeito (as outras pessoas) experimenta e muitas vezes expressa sentimentos de repulsa e afastamento porque assim aprendeu, ou porque já nasceu com essa propensão?

O conceito de beleza é determinante no comportamento dos homens. Admiramos o que é belo e sente-se repulsa pelo que é feio. O homem, na sua vivência, na sua acção cultural, procurando conhecer e dominar o mundo que o cerca, tende a dividir e separar as coisas em boas e más, procurando fruir as primeiras e afastar-se das segundas. Este o cunho dualista da nossa cultura — entendendo todas as coisas organizadas em função de dois pólos opostos (luz e trevas, bem e mal, etc.).

A literatura tem sido meio privilegiado para a procura da parte aprazível do mundo. Concebida por Aristóteles com a função de imitar o belo da natureza, a literatura dá-nos, através de cada escritor, o mundo reformulado, onde a componente do aprazível se agiganta perante a do desagradável. Não se trata de uma imitação simples e directa do belo, como quem separa o trigo do joio, ficando só com o primeiro. Trata-se de uma transfiguração do real, ope-

rada através do psiquismo do autor, onde à ordem desse real tende a suceder a harmonia do ideal.

Analisar comportamentos no real transfigurado

Ora, para a compreensão da atitude das pessoas face aos deficientes, interessará a análise desses comportamentos no real transfigurado, agora harmonizado. Interessará saber se existe uma nova escala de valores para aferir esses comportamentos.

As reacções das outras personagens perante as personagens deficientes, no mundo da ficção, terão, assim, uma forma específica — igual ou diferente à que assumem as pessoas no mundo real.

Numa primeira análise, tudo indica que essas reacções pouco se desviam das reais. Se assim é, o mundo real, filtrado e reorganizado pelo eu profundo do criador da obra literária, neste aspecto, é imutável. Isto, numa primeira conclusão, pode levar-nos a admitir que a marginalização dos deficientes tem raízes profundas na própria estrutura da mente humana.

De facto, no universo da ficção, as personagens deficientes têm o mesmo ferrete da vida real. Elas são enquadradas na dimensão feia, má, repelente, do mundo. Como dissemos no trabalho anterior, as personagens deficientes são transitórias; nunca poderão ser heróis; nunca a acção em que se integram como figuras centrais pode ir até ao desfecho da obra sem que alguma transformação se opere no seu estatuto (mais frequentemente a morte ou a cura). Normalmente, as personagens deficientes têm associados outros atributos (como se a deficiência fosse exactamente um atributo), nomeadamente mau carácter, o que faz delas figuras antipáticas, más, repelentes — uma extensão



Victor Hugo

da deficiência física ao próprio psíquico.

As barreiras sociais

A transitoriedade da personagem deficiente, privada de conseguir atingir os seus objectivos, é norma na obra literária, numa relação directa com as barreiras que se levantam aos deficientes na vida real na sua realização como pessoas.

Este o senso comum do real reflectido na ficção. Senso comum que é construído com base na aparência, na validade da deficiência física visível, projectada depois no psíquico.

Em obras de maior profundidade consegue-se ver diferenciados estes dois níveis: o do senso comum das próprias personagens — a forma como elas vêem a personagem deficiente e como perante ela reagem — e um outro, subjacente, não tão objectivamente reflectido.

O sineiro corcunda da «Nossa Senhora de Paris» de Victor Hugo, figura multi-deficiente (além de corcunda, surdo, cego de um olho e com uma perna mais cur-

ta), repelente para as outras personagens, considerado mau por todos, tinha uma inigualável capacidade de proteger e amar a figura feminina central do romance — a cigana Esmeralda —, com uma pureza de sentimentos e uma dedicação desinteressada únicas.

Nesta importante obra romântica estão visíveis, de facto, estas duas dimensões da personagem. Mas apenas a referenciada e apreendida pelo senso comum (a figura repelente e má) é produtiva nas relações com as outras personagens. O amor pela protagonista, apesar da sua pureza, era absurdo e inviável aos olhos dos outros. Entre a beleza dos sentimentos e a sua concretização levanta-se a barreira intransponível da deficiência. Só na morte foi possível ao corcunda, num abraço eterno, amar e proteger a cigana.

O campo de acção da personagem deficiente, nesta obra de Victor Hugo, está bem delimitado. Quem o delimita? A cultura e os seus estereótipos? A própria natureza humana?

À personagem, em vida, é vedada a saída do seu espaço social, sentimental e até físico (o interior escuro e sombrio da catedral) — um campo semântico caracterizado no romance pelo isolamento, a sombra e as trevas, oposto a um outro campo semântico exterior, o das outras personagens, caracterizado este pela sociabilidade, a abertura e a luz. Só a morte, onde deixam de reger as leis humanas, lhe permite ultrapassar a fronteira e estreitar a cigana num abraço a que ninguém se opõe, onde a deficiência não é impedimento.

O papel dos outros

Os outros, as personagens que o autor põe em acção, não permitem, por conseguinte, que o corcunda ultrapasse a fronteira do seu campo. Mas, para além da coacção dos outros, a fronteira acaba por ser ultrapassada e o corcunda atinge, afinal, o seu grande objectivo.

Ele acaba por levar a melhor na competição com a personagem masculina central, o grande galã capitão da guarda. É o corcunda que acaba por ficar com a cigana. E quem é que aprova esta solução? A cultura não, certamente. Só poderá, então, ser a natureza humana. Natureza humana que aqui, nesta obra de Victor Hugo, emerge por entre as peias e os condicionamentos culturais, corrigindo a ordem das coisas. Mas, de qualquer modo, uma força impotente, que se afirma apenas na vala comum dos enforcados, onde os comportamentos estereotipados se desinteressam.

Será que essa tênue força que brota do fundo da natureza humana poderá ser explorada e valorizada, capaz de alterar os sólidos estereótipos culturais? De qualquer modo, essa poderá ser a senda correcta a seguir para alicerçar uma filosofia da integração social dos deficientes com um mínimo de êxito.

SÓCIOS FALECIDOS



Manuel de Almeida sócio n.º 9372 faleceu no passado dia 1 de Fevereiro vítima de insuficiência cardíaca em Ventosa-Vouzela de onde era natural. Estes sócio tinha 60 anos de idade e ficou deficiente em 1945 em virtude de ter sofrido uma fractura craneana.

Aos familiares do sócio falecido apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

COIMBRA

ADMITE-SE SÓCIO

para trabalhador da delegação de Coimbra que satisfaça as seguintes condições:

- Habilitações literárias mínimas: 9.º ano de escolaridade obrigatória ou equivalente;
- Experiência no domínio de expediente e arquivo de secretaria;
- Alguma prática de dactilografia;
- Conhecimentos referentes à legislação relativa a deficientes das Forças Armadas e dos deficientes em geral;
- Facilidade de expressão escrita.

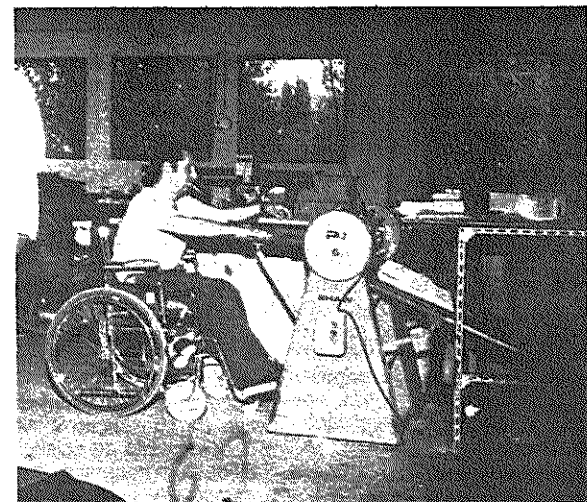
As respostas devem ser enviadas até ao dia 30 de Março para:

Associação dos Deficientes das F. A.
Secção de Pessoal

Palácio da Independência
Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

NOTA — Só serão consideradas as respostas que satisfaçam os requisitos referidos.

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA



EXECUTA
TODOS OS TRABALHOS
DE TIPOGRAFIA
E ENCADERNAÇÃO

REUNIÃO DA COMISSÃO EUROPEIA DA FMAC

LISBOA RECEBEU ANTIGOS COMBATENTES

À ADFA, embora sendo a mais jovem filiada europeia da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, coube organizar uma importante reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus. Não nos furtámos ao trabalho, pois cremos que muito teremos a beneficiar do contacto com organizações de outros países com uma experiência mais vasta que a nossa na defesa dos interesses dos deficientes militares e das vítimas da guerra em geral. Esse encontro decorreu em Lisboa, de 24 a 27 de Fevereiro, e a ele se associaram, de uma ou outra forma, várias entidades, desde o Presidente da República ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário Nacional de Reabilitação Fundação Calouste Gulbenkian e Câmara Municipal de Lisboa. Dos trabalhos realizados, aqui damos conta promenorizada, bem como de alguns dos contributos da nossa Associação nos debates.

Ao assumir a realização, em Portugal, da 11.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, CPAE, da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, FMAC, apenas dois anos após a sua filiação na FMAC, e somente um ano após a sua participação numa reunião internacional, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ADFA, demonstrou de forma inequívoca o seu desejo de colaborar a nível internacional na resolução de problemas da maior importância

para o quotidiano de Povos e Nações.

Metemos ombros a uma tarefa árdua, dada a nossa inexperiência em organização similares e a incapacidade económica de cobrir tais custos. Felizmente, os nossos pedidos de apoio encontraram eco na generalidade das instituições a que nos dirigimos, pelo que conseguimos levar a bom termo uma tarefa que à partida se apresentava repleta de dificuldades.

Assim, de 24 a 27 de Fevereiro de 1985, reuniram-se em Lis-

boa representantes de 10 países europeus: Áustria, Alemanha Federal, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal e ainda o Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Africanos, dr. Doudou Diallo, em representação dos países africanos membros da FMAC.

Graças à receptividade com que deparámos para a realização desta reunião, pudemos proporcionar aos participantes e acompanhantes um bom ambiente, que pensamos não ter

desmerecido a tradicional hospitalidade portuguesa. Desde as magníficas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, que graciosamente nos foram cedidas para as sessões de trabalho, à colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, Direcção-Geral de Turismo, Câmara Municipal de Sintra, através das recepções e visitas que ofereceram, passando pelo apoio decisivo da Secretaria de Estado da Defesa, tudo contribuiu para criar um ambiente propício ao bom desenrolar da referida reunião.

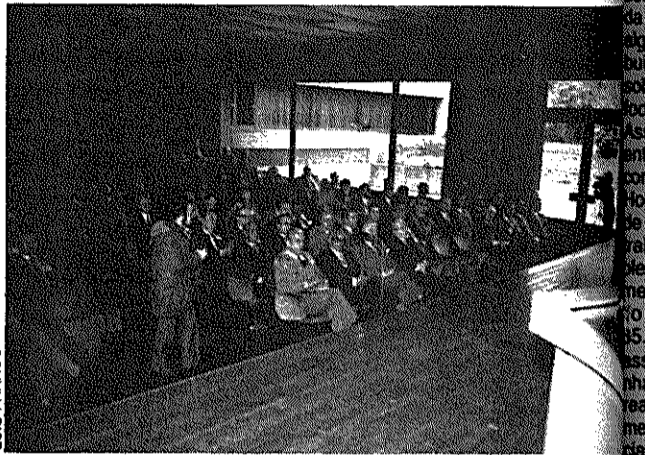
Homenagem aos mortos

No domingo, dia 24, pelas 14,45 horas, realizou-se uma cerimónia evocativa aos Mortos, no Monumento da Av. da Liberdade, e que foi presidida pelo Ex.º Senhor Comandante da Região Militar de Lisboa. Pelas 16,00 horas, efectuou-se uma reunião no hotel, onde ficaram instalados os participantes, do sub-grupo de trabalho sobre troca de informações médico-sociais, em que participou um comité médico formado por especialistas da Alemanha Federal, Finlândia, Holanda e Noruega. Este sub-grupo analisou as últimas informações, enviadas de todos os países europeus, so-

bre os estudos existentes no que diz respeito a sequelas tardias e afecções específicas dos antigos combatentes e deficientes de guerra, tendo chegado a conclusões que foram mais tarde apresentadas no grupo de trabalho sobre os assuntos sociais.

Na segunda-feira, 25, pelas 9,45 horas, no auditório 2 da Fundação Calouste Gulben-

Lopes, e integrando a mesa de presidência o representante do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação, dr. Bobela Mota, Secretário Geral da FMAC, dr. Sérgio Wourgraft, Vice-Presidente da FMAC, dr. Karl Tichy, Presidente da CPAE, Cor. James H. 10. hes e o Presidente da ADFA, capitão Lopes Dias. A esta se-



... teve lugar a sessão solene de abertura, presidida pelo Ex.º Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Figueiredo

são solene assistiram altas oficialidades civis e militares, embaixadores de alguns países presentes, representantes dos Chefes de Estado, Major, Comandante da Região Militar de Lisboa, Directores das Armas, entre outros.

Mensagem do P.R.

Aberta a sessão, foi lida a mensagem de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República tendo usado em seguida a palavra o Presidente da CPAE, Secretário Nacional de Reabilitação, Representante da Câmara Municipal de Lisboa, Secretário da Defesa Nacional.

Iniciaram-se depois os trabalhos com a apresentação do relatório do Presidente da CPAE, que abordava o trabalho

ADFA APRESENTA SUGESTÕES À FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES

TAMBÉM É PRECISO REFORMAR MENTALIDADES

A necessidade de alteração da atitude dos «outros» para com o deficiente, abolindo a compaixão e a caridade e fazendo com que a sociedade olhe o deficiente mais em função das suas capacidades que em função da deficiência, foi o tema central de uma das intervenções da ADFA nos trabalhos da Comissão Europeia da Federação Mundial de Antigos Combatentes.

Ao longo desta intervenção, da qual transcrevemos as passagens mais importantes, produzida no Grupo de Trabalho sobre Assuntos Sociais da Comissão Permanente Europeia, o Programa de Acção Mundial da ONU para a Década dos Deficientes foi criticado, exactamente por não dar a devida importância aos problemas de inserção e participação do deficiente na sociedade.

Melhores materiais participação e mudança de atitudes

Ao dar conta da experiência da Associação de Deficientes das Forças Armadas perante as delegações europeias presentes; o representante da ADFA começou por referir que a acção desta se tem preocupado com três aspectos principais: «Em primeiro lugar a obtenção de meios materiais e económicos indispensáveis, passando pela assistência médica e protésica, colocação no trabalho e atribuição de uma pensão com carácter indemnizatório».

«Em segundo lugar, a valorização da organização dos deficientes e a sua participação no estudo e adopção das medidas que lhes dizem respeito. Em terceiro lugar a alteração das atitudes dos outros em relação aos deficientes».

O representante da ADFA, frisou depois que o Programa Mundial de Acção da Organização das Nações Unidas para a Década do Deficiente contempla devidamente os dois primeiros aspectos «mas não dá, no nosso entender, o necessário realce ao último aspecto — a mudança de atitudes».

«O homem, na sua acção cultural, procura conhecer e dominar o mundo que o rodeia. Dessa acção resulta o desenvolvimento económico e social de que o próprio homem, como agente, beneficia».

«Os deficientes, ao longo dos tempos, têm sido excluídos deste processo como agentes, sendo-lhes reconhecido essencialmente — e isto nos últimos

tempos — o papel de beneficiários».

«Os deficientes têm servido, tal como outros grupos sociais ao longo da história da humanidade, como elemento protegido — a parte fraca da dualidade que caracteriza a humanidade: forte/fraco, protector/protegido, vencedor/vencido».

«Libertarem-se deste papel passivo tem sido o grande objectivo da luta dos deficientes no sentido de adquirirem a cidadania plena».

António Aleixo citado às delegações de antigos combatentes

O representante da ADFA, no seguimento deste raciocínio, citaria depois o poeta popular algarvio António Aleixo quando escreveu que

*A esmola não cura a chaga
E quem a dá não percebe
Que ela avilta, que ela esmaga
O infeliz que a recebe.*

«Desempenhando um papel passivo; os deficientes têm sido ao longo dos tempos objecto de manifestações caritativas por parte dos outros, dos activos» e «essas manifestações, tantas vezes uma necessidade de afirmação dos seus autores; inferiorizam a humilham aqueles a quem se destinam».

Os deficientes das Forças Armadas portuguesas, quando a liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974 lhes permitiu arrancar com a sua Associação, adoptaram como grande objectivo da sua acção a alteração desse estado de coisas na sociedade portuguesa, pois «escamoteada a nossa existência por um regime que pretendia ocultar da opinião pública as consequências da guerra; sentimos o forte peso da marginalização, sobretudo devido à forma como a população lidava connosco. Esta, não esclarecida; reagia da forma tradicional, manifestando-nos solidariedade através da compaixão».

Para alterar esse estado de

coisas, não bastava reivindicar os meios materiais necessários para uma vida económica e social digna. Pretendia-se mais: «que os comportamentos e atitudes dos outros em relação a nós fossem alterados. Que passassem a encarar-nos mais em função das nossas capacidades restantes do que da deficiência. Procurámos banir determinada terminologia como «inválidos», «incapazes» e outros termos semelhantes...»

«Entendemos assim que a nossa reabilitação se operaria simultaneamente em nós e nos outros. Em nós, aproveitando e desenvolvendo as capacidades restantes, bem como todas as potencialidades. Nos outros, alterando a sua forma de pensar-nos e de reagir perante nós, reconhecendo essas mesmas

incapacidades e reconhecendo-nos como seus iguais».

Em reforço desta ideia o representante da ADFA diria ainda que um deficiente, mesmo quando plenamente reabilitado e dispondo dos melhores meios materiais e económicos de compensação, «não se sentirá integrado se, na rua, no local de trabalho e no meio familiar for permanentemente apontado como infeliz, com pena e comiseração».

Críticas ao Programa Mundial de Acção da Década dos Deficientes

«Parece-nos, prosseguiu o representante da ADFA; que o Programa Mundial de Acção das Nações Unidas ao equivo-

ADFA ESCOLHIDA PARA REPRESENTAR COMISSÃO EUROPEIA DA FMAC NA REUNIÃO DA C. PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS AFRICANOS

A ADFA foi escolhida pelos representantes das várias organizações de ex-combatentes europeus que estiveram presentes em Lisboa na 11.ª reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da Federação Mundial para representar essa Comissão na próxima reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Africanos que se realizará em Freetown, na Serra Leoa.

Ao facto já em si honroso desta escolha, haverá que acrescentar o facto de a ADFA ser precisamente a mais jovem associação europeia filiada na FMAC e de o diálogo que se irá procurar estabelecer ter exactamente como interlocutores aqueles que, como nós, sofreram a mesma guerra injusta — do outro lado das trincheiras.

Apesar disso a FMAC vê em nós um interlocutor válido para o contacto com os países africanos de expressão portuguesa. Também nós cremos nas nossas capacidades para o diálogo com a África Lusófona, pois estamos dispostos ao trabalho e despidos de preconceitos perante aqueles com quem deveremos tratar. A ADFA já vem, de resto, desempenhando um papel na defesa dos ex-combatentes africanos, em colaboração com a Secretaria de Estado da Cooperação.

A ADFA tudo fará e está certa de levar esta missão a bom termo. Assim não faltem os apoios que, a nível oficial se esperam.

SECRETARIO NACIONAL

FOI PRECISO UM 25

«Entre nós, onde ocorrem gada como injusta, foi em Abril para que um país África se deficiente legítimos direitos a ser de corpo inteiro não onde os queriam empunha trabalhos da 11.ª Reunião Federação Mundial de Antigos Guerra».

Foi assim, prosseguiu Bobela Mota, que «logo em 14 de Maio de 1974 se constituiu a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Não foi fácil a sua afirmação como associação credível, tendo inicialmente sofrido vicissitudes que lhe produziram feridas cujas cicatrizes ainda se ressentem e se trazem na injusta incompreensão de alguns, que persistem em aferir a realidade actual da ADFA pelo conturbado e incompreensível passado da sua implantação».

O Secretário Nacional de Reabilitação diria depois que a ADFA é uma organização que nos seus dez anos de existência «produziu trabalho que muito a dignifica e ao qual se fica a dever muitas das conquistas em prol dos deficientes em Portugal».

(...) Esta associação vem prestando a todos os seus serviços os mais diversos serviços na área da readaptação e ganhou um prestígio que já ultrapassou as fronteiras do País, o que aliás é bem patente no apoio que estamos assistindo».

«Longe de se considerar uma associação de elites, a ADFA encontra-se sempre, quer na primeira linha das lutas que se tem travado para a conquista

só é possível a partir de um plano único: o da pessoa».

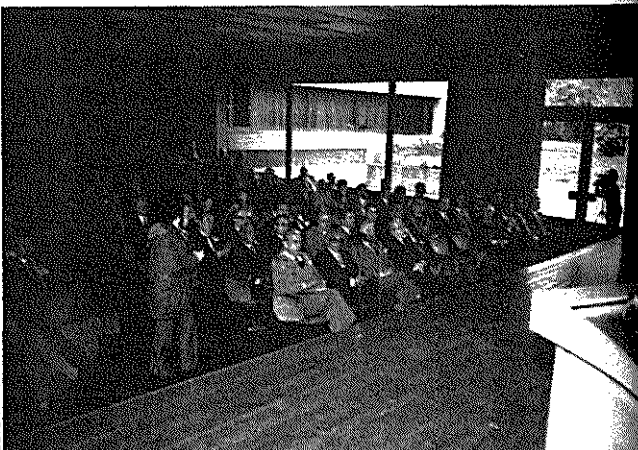
OS COMBATENTES E VÍTIMAS

bre os estudos existentes no que diz respeito a sequelas tardias e afeições específicas dos antigos combatentes e deficientes de guerra, tendo chegado a conclusões que foram mais tarde apresentadas no grupo de trabalho sobre os assuntos sociais.

Na segunda-feira, 25, pelas 9,45 horas, no auditório 2 da Fundação Calouste Gulben-

Lopes, e integrando a mesa de presidência o representante do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação, dr. Bobela Mota, Secretário Geral da FMAC, dr. Sérgio Wourgraft, Vice-Presidente da FMAC, dr. Karl Tichy, Presidente da CPAE, Cor. James Hughes e o Presidente da ADFA, capitão Lopes Dias. A esta ses-

desenvolvido pela Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, as reuniões dos grupos e sub-grupos de trabalho, bem como as actividades junto do Conselho da Europa e Comunidade Económica Europeia. O Secretário Geral deu conhecimento das comemorações do 10.º aniversário da Acta Final de Helsinquia, que estão a ser organizadas pelo governo finlandês, tendo o Sr. Esko Kosunen, da delegação finlandesa, dado alguns esclarecimentos e distribuído material de divulgação sobre a Finlândia. Foi também tocada a preparação da 18.ª Assembleia Geral a realizar-se entre 18 e 21 de Novembro do corrente ano, em Roterdão, na Holanda. Acentuou-se o facto de que, conjuntamente com os trabalhos da referida Assembleia Geral, serão também comemorados o 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial e o 55.º da FMAC, estando desde já assegurada a presença da Rainha da Holanda, bem como a realização de sessões no Parlamento. Por seu lado, as associações norueguesas vão levar a efeito, de 15 a 21 de Março de 1966, um colóquio, em colaboração com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, o qual tem por objectivo essencial evidenciar a experiência dos antigos combatentes e vítimas de guerra sobre a Convenção de Genebra, nomeadamente no que se refere ao Direito Humanitário.



são solene assistiram altas individualidades civis e militares, embaixadores de alguns dos países presentes, representantes dos Chefes de Estado Maior, Comandante da Região Militar de Lisboa, Directores de Armas, entre outros.

são solene assistiram altas individualidades civis e militares, embaixadores de alguns dos países presentes, representantes dos Chefes de Estado Maior, Comandante da Região Militar de Lisboa, Directores de Armas, entre outros.

Mensagem do P.R.

Aberta a sessão, foi lida uma mensagem de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República, tendo usado em seguida da palavra o Presidente da CPAE, Secretário Nacional de Reabilitação, Representante da Câmara Municipal de Lisboa, Secretário da Defesa Nacional.

Iniciaram-se depois os trabalhos com a apresentação do relatório do Presidente da CPAE, que abordava o trabalho

Apoio financeiro

A seguir ao almoço e até ao fim da tarde, foi a vez do grupo de trabalho para o apoio financeiro, presidido pelo Sr. TH de Mooij, da Holanda, discutir os problemas que se colocam neste campo, especificamente no que se refere à Fundação Mundial dos Antigos Combatentes, organização sediada na Holan-

COMBATENTES E VÍTIMAS

nar a integração social dos deficientes dá o devido realce à reabilitação operada nestes, mas não dá o realce necessário à reabilitação a operar nos outros».

Assim, foi sugerido que a Federação Mundial dos Antigos Combatentes «além de seguir e defender os diversos princípios que impregnam o Programa e de se empenhar na aplicação das medidas previstas poderá, por sua própria conta, acentuar e desenvolver aquela outra dimensão, chamando a atenção da opinião pública para a necessidade de reforma das mentalidades no sentido de que os outros, pelos seus comportamentos, deixem de constituir uma barreira à afirmação dos deficientes como cidadãos de pleno direito e estatuto igual aos demais».

Para conseguir este objectivo, a ADFA preconizou que se reclame, particularmente durante a Década dos Deficientes, uma discussão alargada da problemática da deficiência, procurando ainda ganhar os órgãos de informação a causa dos deficientes.

Foram ainda apontados pela ADFA algumas ideias-força que poderão nortear essa discussão, como:

«A reabilitação dos deficientes não se esgota na adaptação destes ao mundo em que vivem. O mundo em si deverá contar com as pessoas com deficiências, adaptando-se de forma a que estas se realizem plenamente».

«Os deficientes não devem ser simples beneficiários do desenvolvimento económico e social. Devem, como todas as pessoas, ser também sujeitos ou agentes desse desenvolvimento».

«A remoção das barreiras materiais à integração social passa pela própria eliminação das barreiras mentais dos outros, constituídas pelos preconceitos e estereótipos enraizados na nossa cultura».

«A integração social dos deficientes passa pela correcção da imagem destes nos olhos dos outros; deixando de esconder os mesmo anular a pessoa atrás da deficiência».

«Enquanto os deficientes e os outros se situarem em planos diferentes — os que dão e os que recebem — não haverá integração social efectiva. Esta só é possível a partir de um plano único: o da pessoa».

SECRETÁRIO NACIONAL REABILITAÇÃO:

FOI PRECISO HAVER UM 25 DE ABRIL

«Entre nós, onde ocorreu uma guerra tão prolongada como injusta, foi necessário haver um 25 de Abril para que um povo de jovens que em África se deficientaram, esse reivindicar os seus legítimos direitos a serem considerados cidadãos de corpo inteiro não como «guetto» social para onde os queriam empurrar» afirmou o Secretário Nacional de Reabilitação durante a sessão solene de abertura dos trabalhos da 11.ª Reunião da Comissão Europeia da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

Foi assim, prosseguiu Bobela Mota, que «logo em 14 de Maio de 1974 se constituiu a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Não foi fácil a sua afirmação como associação credível, tendo inicialmente sofrido vicissitudes que lhe produziram feridas cujas cicatrizes ainda se ressentem e se traduzem na injusta incompreensão de alguns, que persistem em aferir a realidade actual da ADFA pelo conturbado mas compreensível passado da sua implantação».

O Secretário Nacional de Reabilitação diria depois que a ADFA é uma organização que nos seus dez anos de existência «produziu trabalho que muito a dignifica e ao qual se ficam a dever muitas das conquistas em prol dos deficientes em Portugal».

(...) Esta associação vem prestando a todos os seus sócios os mais diversos serviços na área da reabilitação e ganhou um prestígio que já ultrapassou as fronteiras do País, o que aliás é bem patente no acto a que estamos assistindo».

«Longe de se considerar uma associação de elites, a ADFA encontra-se sempre, quer na primeira linha das lutas que se tem travado para a conquista

dos direitos dos deficientes em geral, quer no apoio que tem sido prestado aos naturais das ex-colónias que ao serviço das Forças Armadas, também eles, se deficientaram», disse ainda o S.N.R.

Bobela Mota referiu-se depois à participação da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação, de que participa «por direito próprio», afirmando que a ADFA «vem prestando uma colaboração efectiva na formulação de todos os normativos propostos e a propor ao Executivo», considerando essa colaboração «da maior importância dada a sua experiência e o grau de tecnicidade das diversas áreas da reabilitação».

A concluir, o Secretário Nacional de Reabilitação afirmou: «temos a certeza de que esta reunião da Federação Mundial dos Antigos Combatentes vai com certeza trazer frutos, novas ideias, novo impulso a toda a solidariedade que há que ter, a todos os benefícios que há que reclamar para os deficientes, não só das Forças Armadas, mas também dos deficientes em geral a que eu como Secretário Nacional de Reabilitação tenho a minha responsabilidade».

DEFICIENTES E VÍTIMAS DE GUERRA EUROPEUS

envolvido pela Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, as reuniões dos grupos sub-grupos de trabalho, bem como as actividades junto do Conselho da Europa e Comunidade Económica Europeia. O Secretário Geral deu conhecimento das comemorações do 40.º aniversário da Acta Final de Helsinquia, que estão a ser organizadas pelo governo finlandês, tendo o Sr. Esko Kosunen, delegação finlandesa, dado alguns esclarecimentos e distribuído material de divulgação para a Finlândia. Foi também dada a preparação da 18.ª Assembleia Geral a realizar-se em 18 e 21 de Novembro do presente ano, em Roterdão, na Holanda. Acentuou-se o facto de que, conjuntamente com os trabalhos da referida Assembleia Geral, serão também comemorados o 40.º aniversário da 2.ª Guerra Mundial e o aniversário da FMAC, estando já assegurada a presença da Rainha da Holanda, bem como a realização de sessões no Parlamento. Por seu lado, as associações norueguesas vão levar a cabo, de 15 a 21 de Março de 1986, um colóquio, em colaboração com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, o qual tem por objectivo essencial evidenciar a experiência dos antigos combatentes e vítimas de guerra sobre a Convenção de Genebra, nomeadamente no que se refere ao Direito Humano.

Apoio financeiro

Após o almoço e até ao fim da tarde, foi a vez do grupo de trabalho para o apoio financeiro, presidido pelo Sr. TH de Munnich, da Holanda, discutir os problemas que se colocam neste campo, especificamente no que se refere à Fundação Mundial dos Antigos Combatentes, organização sediada na Holanda.

REABILITAÇÃO:

TEM HAVER EM ABRIL

Uma guerra tão prolongada não há de deixar de ter um impacto sobre a vida dos jovens que em grande número reivindicam os seus direitos como cidadãos. O Secretário Nacional da ADFA, afirmou que a abertura dos trabalhos da Comissão Europeia dos Antigos Combatentes e Vítimas de

os direitos dos deficientes em guerra, quer no apoio que tem sido prestado aos naturais das colónias que ao serviço das Forças Armadas, também eles, se deficienciaram», disse ainda o Secretário.

Antónia Mota referiu-se de novo à participação da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação de que participa «por direito próprio», afirmando que a ADFA «vem prestando uma cooperação efectiva na formulação de todos os normativos propostos e a propor ao Executivo, considerando essa colaboração «da maior importância para a sua experiência e o grau de seriedade das diversas actividades de reabilitação».

Para concluir, o Secretário Nacional de Reabilitação afirmou: «Com uma certeza de que esta organização da Federação Mundial dos Antigos Combatentes vai trazer frutos, novas ideias, novo impulso a toda a sociedade que há que ter, a certeza dos benefícios que há que trazer para os deficientes, não só das Forças Armadas, mas também dos deficientes em guerra a que eu como Secretário Nacional de Reabilitação tenho a minha responsabilidade».

da e vocacionada para a obtenção de fundos que permitam à FMAC desenvolver as suas actividades.

A manhã de terça-feira foi ocupada com a reunião do grupo de trabalho sobre cooperação na Europa, presidido pelo Sr. Jan Orner, Noruega, que abordou, entre outros, os seguintes temas: Conferência de antigos combatentes sobre segurança, desarmamento e cooperação na Europa, tendo sido salientado o papel que os países ribeirinhos do Mediterrâneo poderiam trazer à discussão desta zona sensível do Continente; relações Grécia/Turquia, face ao problema de Chipre; a ausência de diálogo entre países como Israel, Síria, Egipto e Argélia, sendo ainda no seio da FMAC que, de alguma forma, conseguem dialogar. Foram dadas informações pelos vários países sobre a maneira como irão decorrer as comemorações do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial e a assinatura da Carta das Nações Unidas. Além dos temas mencionados, foi tratada a questão da cooperação com as organizações intergovernamentais — Conselho da Europa e CEE, tendo sido designados os representantes da FMAC nas reuniões do Conselho da Europa. As associações alemã e francesa aceitaram a referida representação e deverão, como tal, fazer valer os pontos de vista da FMAC e trazer sugestões para análise, dentro dos capítulos que interessam à Federação. A nível da CEE a representação será assegurada pelo Presidente da CPAE.

Assuntos sociais

O grupo de trabalho sobre os assuntos sociais ocupou a tarde do dia 26 e a manhã do dia 27. Pelas 16,00 horas, do dia 26, Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República recebeu uma representação da FMAC, que integrava o Secretário Geral, dr. Serge Wourgaft, o Presidente da CPAE, Coronel James Hughes e o Presidente da ADFA. Neste encontro o Senhor Presidente da República voltou a reiterar o apreço pela acção da FMAC em prol da segurança, desarmamento e cooperação internacional, nomeadamente a nível de áreas como a da reabilitação.

Cooperação com África

Duma vasta agenda, é de salientar a temática da cooperação entre a CPAE e a Comissão Permanente dos Assuntos Africanos, CPAA, tendo a delegação portuguesa sido indigitada para representar a CPAE na próxima reunião da CPAA, a realizar entre 27 e 29 de Maio próximos, em Freetown, Serra Leoa. Este convite foi entendido pela ADFA como mais uma prova de confiança, assim como uma aposta na contribuição que de algum modo podemos prestar para a resolução dos problemas de âmbito internacional, pelo que foi aceite o referido convite. Outro ponto, ainda relacionado com África, focava a questão da geminação de associações europeias e africanas, de modo a tentar equacionar e solucionar os problemas mais prementes que se lhes põem, como a questão da auto-suficiência alimentar e de projectos de desenvolvimento, alguns deles passíveis de obter ajuda dum fundo de afectação especial da ONU e de alguns programas da CEE.

Informação médico-social

O sub-grupo de trabalho sobre troca de informações médico-sociais apresentou um relatório, onde se dá conta do trabalho realizado e se apontam directrizes para o futuro. Entre elas, insiste-se na necessidade de todas as associações responderem ao questionário já enviado, assim como na criação dum centro de recolha destes dados e tratamentos dos mes-

mos. Por outro lado, considerase premente a análise, por parte do comité médico, da definição das lacunas existentes, em especial sobre os conflitos recentes; o estudo das sequelas tardias; divulgação da informação dispensável e publicação de bibliografia sobre estudos já existentes.

Outro ponto importante foi a análise do Programa de Acção Mundial para o Decénio dos Deficientes, de que havia já um relatório elaborado pelas associações alemãs, do qual foi publicado um excerto no último «ELO». Entretanto, dado que as associações inglesas também tinham, por seu lado, um projecto de análise referente ao mesmo programa, foi aprovada a fusão dos dois documentos, alemão e inglês, de modo a obter um documento comum, enriquecido, sem dúvida, por duas perspectivas distintas.

A tentativa de introduzir medidas de âmbito social no quadro da Acta Final de Helsinquia foi outro dos assuntos discutidos, tendo ficado decidido que alguns países, como a Alemanha e a Áustria, irão junto dos seus governos saber qual a possibilidade de tal iniciativa. Foi também analisada a situação dos antigos combatentes que mudaram de nacionalidade ou que residem no estrangeiro e apresentados alguns casos

pontuais que pressupõem a existência de determinadas lacunas de informação.

A sessão plenária de encerramento ocupou a tarde do dia 27. Nesta sessão foi feito um balanço sobre a forma como decorreram os trabalhos, tendo sido unânime o elogio à organização da reunião e o reconhecimento que a mesma foi altamente positiva, demonstrando a vitalidade e o papel importante que a FMAC tem desempenhado e virá ainda a desenvolver a nível mundial.

Do programa social destacamos um jantar num restaurante típico, na segunda-feira, oferecido com a colaboração da Direcção Geral de Turismo; uma recepção na Sala Ogival do Castelo de S. Jorge, na terça-feira, oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa; e no mesmo dia e para os acompanhantes uma visita aos principais pontos do concelho de Sintra, oferecida pela Câmara Municipal de Sintra.

Uma fonte de ensinamentos

Se tomarmos em consideração que as actividades da FMAC abrangem um vasto leque de sectores, é evidente que a ADFA, dados os seus condicionamentos, estará neste momento mais vocacionada para

DECLARAÇÕES DE BALANÇO DO SECRETÁRIO-GERAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL

AS VANTAGENS DO DIÁLOGO INTERNACIONAL

A necessidade de diálogo entre as associações de antigos combatentes dos vários países para troca de experiências e busca de soluções inspiradas no que já se fez noutros lugares não aproveita só aos países menos evoluídos neste domínio. O secretário-geral da FMAC, Serge Wourgaft a quem pedimos que fizesse o balanço da reunião realizada em Lisboa revela-nos que «a troca de experiências é útil mesmo para os países de legislação avançada», e cita exemplos: «Os Estados Unidos e o Canadá fizeram melhorias nas suas leis relativas aos antigos combatentes inspirando-se no que souberam através de associações de outros países».

Esta necessidade de colher ensinamentos através da experiência dos outros países é particularmente verdadeira num momento em que a Medicina começa a dar passos largos na descoberta de situações de deficiência que se vêm a detectar muitos anos depois da situação que lhes deu origem.

Mais uma vez Serge Wourgaft nos cita exemplos: «Os ensaios nucleares realizados em 1946 e 1947 não produziram efeitos imediatos conhecidos nas pessoas que estiveram sujeitas a radiações e só agora nos começamos a dar conta deles. Os químicos utilizados na guerra do Vietname como o agente laranja, por exemplo, poderão ter efeitos ainda desconhecidos que talvez só dentro de algumas gerações venhamos a conhecer».

A reunião de Lisboa

Depois de manifestar a sua «satisfação pela forma como foi organizada a reunião» da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus; em que esteve também presente o representante permanente da Federação Mundial para África (ver entrevista noutro local), Serge Wourgaft fez-nos um breve balanço dos trabalhos desenvolvidos: «Durante a reunião foi discutida a forma como as organizações-membro poderão facilitar o trabalho da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus no plano financeiro.

O grupo de trabalho sobre cooperação europeia unânime analisou também as comemorações do fim da II Guerra Mundial: «Houve acordo quanto ao espírito com que deverá ser celebrado».



determinadas áreas, enquanto que noutras só com o decorrer do tempo e um melhor conhecimento dos temas poderá vir a ter um papel interveniente.

A partida, podemos considerar que a experiência acumulada pelas associações membro da FMAC durante 40 anos, na generalidade dos casos e 60 anos noutros, ou sejam, associações fundadas imediatamente a seguir à 2.ª ou 1.ª Guerra Mundial respectivamente, é um manancial inesgotável onde a ADFA pode colher grandes ensinamentos para o resgate das suas actividades.

No entanto, também a FMAC será enriquecida com a integração da AFA no seu seio, tendo

as intervenções da delegação portuguesa nos trabalhos desta 11.ª Reunião da CPAE sido dispostos de modo a ter um papel interveniente. A visão da ADFA em relação a estes temas nem sempre foi coincidente com a tónica geral, dado que reflectiam também uma forma de estar diferente, que tem a sua origem em factores diversos: culturais, sociais, etários, etc. Foi unânime a impressão de que a participação dos delegados da ADFA trouxe os debates um certo ar fresco de juventude e entusiasmo que são, sem dúvida, características vitais para se avançar em determinados sectores.

criação de um centro de informação médico-social — em fase de estudo — para reunir a documentação existente sobre doenças que se manifestam tardiamente em antigos combatentes.»

Fazer aplicar proposta da ONU sobre readaptação

«A FMAC, como associação europeia pode contribuir para fazer aplicar a Proposta de Acção Mundial sobre Readaptação de Deficientes adoptada pela ONU, que constitui um dos

objectivos da década do deficiente declarada pelas Nações Unidas (1983-1992).

«Foram ainda discutidas as formas de fazer incluir na Acta Final de Helsinquia questões sociais que não estão contempladas, como a ajuda aos antigos combatentes que mudaram de nacionalidade ou de país de residência e por isso não podem fazer valer os seus direitos nem beneficiam de protecção social pelas suas deficiências de guerra.

A próxima reunião, revelou ainda Serge Wourgaft; será realizada em princípio de 1986, em local ainda não designado.

P.R. SOBRE OS DEVERES DA SOCIEDADE PARA COM OS DEFICIENTES MILITARES

«...UM DIREITO PRÓPRIO NÃO UM FAVOR»

Mensagem do Presidente da República

A História mostra-nos que a guerra tem sido, infelizmente, um flagelo constante na sociedade dos homens — talvez porque são precisos dois para fazer a paz, enquanto basta um para desencadear a guerra.

Paradoxalmente, poucos laços unem tanto os homens como aqueles que se forjam nas situações de risco colectivo que a guerra impõe. Compreende-se que antigos combatentes de diversos países se encontrem e se associem, pois têm em comum, independentemente das suas bandeiras, os horrores e as provações por que passaram, e o desejo de evitar que elas venham, de novo, a ser vividas pelos seus filhos.

Como militar e, eu próprio, ex-combatente, compartilho convosco a solidariedade que aproxima os homens de armas, sobretudo em relação àqueles que ficaram pessoalmente diminuídos pela experiência da guerra.

Pelos sacrifícios que lhes foram exigidos, os antigos combatentes e vítimas da guerra têm direito a essa solidariedade e apoio, não só dos seus camaradas de armas, como do conjunto de cada comunidade nacional pela qual se bateram. Merecem-nos como um direito próprio, não como favor que tenham de solicitar.

À FMAC, por todo o importante trabalho que tem desenvolvido em prol da paz, do entendimento e da cooperação internacional, bem como na recuperação e reintegração das vítimas da guerra, dirijo, por isso, as minhas felicitações e os votos de sucesso nas suas humanitárias tarefas.

António Ramalho Eanes
Presidente da República Portuguesa

REUNIÃO DA COMISSÃO EUROPEIA DA FMAC

UMA HONRA E UM DESAFIO

«É para nós uma honra e um desafio pertencer a esta grande família de antigos combatentes e vítimas de guerra. Uma honra porque sempre que um homem dá a mão a outros homens — e neste caso àqueles que sofreram as consequências das guerras por que tiveram que passar — a palavra solidariedade adquire um novo significado», afirmou na sessão de abertura dos trabalhos da Comissão Europeia da FMAC em Lisboa o presidente da ADFA Lopes Dias, em intervenção que pelo seu significado reproduzimos integralmente.

«A ADFA, ao organizar e ser anfitriã da 11.ª reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra dá mais um passo decisivo nas responsabilidades que assumiu ao inscrever-se como membro da FMAC, em representação de Portugal, em 1982.

Para que esta organização fosse possível, e é a primeira vez que o fazemos, querei aqui expressar desde já o agradecimento da ADFA à secretaria de Estado da Defesa, à Fundação Kalouste Gulbenkian, à CML à Direcção-Geral do Turismo, à Câmara Municipal de Sintra, que com o seu apoio nos possibilitaram que esta reunião decorra em condições aceitáveis.

Pouco mais de dois anos depois da nossa filiação na FMAC, temos consciência do muito que já aprendemos, fruto, sem dúvida, da grande experiência acumulada pelas organizações de antigos combatentes que há mais de três décadas militam na FMAC.

É para nós uma honra e um desafio pertencer a esta grande família de antigos combatentes e vítimas de guerra. Uma honra porque sempre que um homem dá a mão aos outros homens, e neste caso àqueles que sofreram as consequências das guerras por que tiveram que passar, a palavra solidariedade adquire um novo significado e torna-se uma exigência permanente.

Também um desafio, porque pretendemos que Portugal, através da ADFA, possa dar ao mundo um contributo para que os governos dos diversos países possam com maior acuidade sarar as feridas dos vários conflitos por que a humanidade tem passado.

E quando eu digo que pretendemos esse desafio, temos consciência, na ADFA, de que apesar de sermos novos — existimos há cerca de 10 anos — temos também já alguma experiência acumulada, uma experiência feita de muita militância, de muito querer, do querer daqueles jovens que aos 20 anos se viram marcados por uma deficiência e que não cruzaram os braços perante ela.

Lutamos em várias frentes, reivindicando os direitos que nos assistem como deficientes, como combatentes e, ao mesmo tempo, dando ao País o nosso contributo quanto à definição de uma política correcta de reintegração dos deficientes.

Esperamos desta reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus sair com mais conhecimentos, e ficamos com a certeza de que quando os trabalhos terminarem teremos a consciência de que não estaremos sós na defesa de todos esses direitos.

A ADFA poderá, nesta reunião, intervir a alguns níveis para os quais nos encontramos desde já preparados, como por exemplo na parte dos assuntos sociais, uma parte que nos interessa sobremaneira, dados os problemas que ainda temos por resolver.

Pretendemos também dar um contributo valioso na parte do relançamento da década dos deficientes em Portugal e também pretendemos, ao nível da cooperação, dar o nosso contributo e, muito em especial, na ligação de Portugal, através da ADFA, aos novos países de expressão portuguesa, onde existem também combatentes que estiveram na mesma guerra que nós, porque hoje temos consciência de que devemos dar as mãos para encontrar soluções ao nível da cooperação.

É tudo isto que a ADFA pretende dar dentro da FMAC.»



Serge Wourgraff elogia a organização do encontro



Lopes Dias retribui

MENSAGEM DO SEC. ESTADO DA DEFESA NACIONAL

DIRIGENTES POLÍTICOS TÊM DE ASSUMIR RESPONSABILIDADES

«As nações têm para com os seus antigos combatentes e vítimas de guerra obrigações morais e as correspondentes responsabilidades têm de ser reconhecidas e assumidas pelos dirigentes políticos», afirmou o secretário de Estado da Defesa Nacional na sessão solene de abertura da 11.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, em 25 de Fevereiro, em Lisboa.

Aquele membro do Governo sublinharia ainda no seu discurso que «conhecedores dos sofrimentos da guerra partilham hoje a luta por uma Paz, fundada na Justiça, na Liberdade e no respeito pelos direitos do Homem».

«Os antigos combatentes e, em especial, aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar e na defesa dos interesses da pátria, compreendem bem o valor da Paz e sabem como é necessário odiar a guerra.»

«As nações têm para com os seus antigos combatentes e vítimas de guerra obrigações morais e as correspondentes responsabilidades têm de ser reconhecidas e assumidas pelos dirigentes políticos», disse em seguida, realçando que «O papel que neste domínio vem sendo desempenhado pela FMAC e pelas organizações nacionais de deficientes e antigos combatentes é da maior importância».

«Diálogo eficaz cooperante e sereno» com a ADFA

Ainda a este respeito o secretário de Estado diria mais adiante que «O Governo tem vindo a

dar rigoroso cumprimento a essa obrigação nacional e, perante situação de omissão, lacunas ou imperfeita execução destes princípios tem vindo a promover as adequadas medidas».

«Apraz-me salientar a este respeito — prosseguiu — a importante acção que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem vindo a desenvolver trazendo ao Governo a defesa intransigente dos direitos dos seus associados, cooperando na procura de solução dos problemas existentes e apresentando sugestões úteis, em diálogo eficaz, cooperante e sereno.»

A concluir a sua intervenção, afirmou: «E foi a esta jovem associação — recentemente admitida como membro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes — que coube organizar esta reunião internacional. E soube fazê-lo com competência, como tivemos oportunidade de constatar. E ao assumir esta responsabilidade, a ADFA deixa-nos mais um testemunho de vivacidade e dinamismo, dignificando-se e contribuindo para dignificar o nome de Portugal.»

PRESIDENTE DA COMISSÃO AFRICANA: EUROPA QUER COOPERAR

O presidente da Comissão Permanente para África da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC) e presidente da Associação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra do Senegal: Doudou Diallot, esteve em Lisboa para assistir aos trabalhos da Comissão Permanente Europeia da FMAC. Aproveitámos a oportunidade para o ouvir quanto aos projectos de colaboração entre as Comissões Europeia e Africana e quanto às actividades da sua própria associação.

«Há laços muito estreitos de amizade, fraternidade e confiança recíproca entre as duas comissões permanentes, e a Comissão Europeia manifestou o desejo de cooperar, estreitamente nos planos económico, social e cultural, com a Comissão Africana, e tentar fazer apadrinhamentos por países europeus em favor dos países africanos, sobretudo os atingidos pela seca e pela fome.»

Interrogado sobre o significado da sua presença nos trabalhos da Comissão Permanente Europeia, Doudou Diallot diria que essa presença constituiu «um símbolo da unidade africana e da colaboração entre as Comissões Europeia e Africana».

A organização dos deficientes militares senegaleses

A Associação Geral dos Feridos Amputados e Grandes Deficientes de Guerra Senegaleses existe há muito e só conta militares entre os seus filiados. Só na capital senegalesa, Dacar essa associação conta 235 sócios.

Convirá notar que as associações têm um carácter vincadamente regional, existindo uma em cada região do país, num total de dez. A Federação Nacional reúne essas 10 associações e conta 14 000 membros inscritos.

A Federação possui uma escola privada, criada em colaboração com a Federação francesa (UFAC), e tem projectos para a criação de uma escola profissional, o que não tem sido possível por falta de meios

Relativamente às formas concretas de colaboração entre as

secções africana e europeia da Federação Mundial, existem apenas projectos de momento. «Trouxe comigo relatórios de recenseamento das necessidades de três países (Mali, Congo e Chade). O do Senegal está em elaboração.»

Perante esses relatórios a Comissão Europeia irá procurar a forma de dar o apoio possível às associações africanas.

Organização de deficientes em fase de arranque na África Lusófona

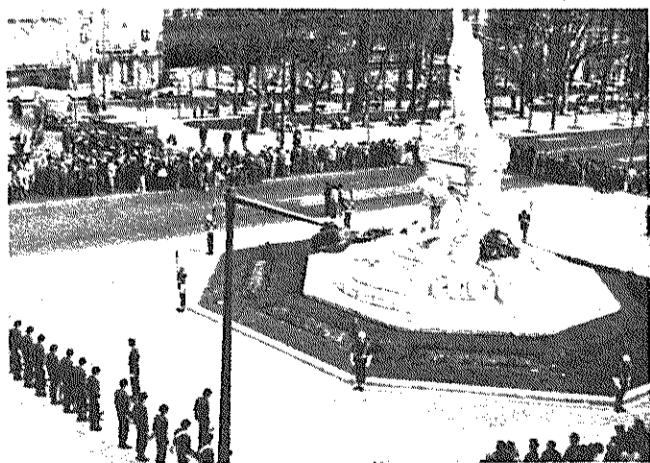
Em relação à participação dos deficientes dos novos países africanos de expressão portuguesa na organização dos deficientes africanos, ficamos a saber que essa participação é



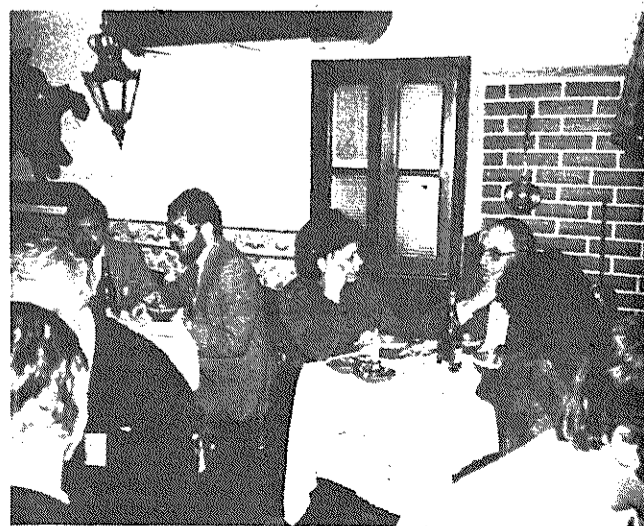
Doudou Diallot

procurada, mas sem êxito até ao momento, pois, embora convidados, os representantes desses países não compareceram à última reunião da secção africana realizada em Dacar.

«Queremos que eles participem conosco na Federação Mundial. Por isso pedimos a colaboração dos nossos camaradas portugueses.» (A ADFA foi nomeada para representar a Comissão Permanente Europeia na próxima reunião da Comissão Africana — ver notícia noutro local).



Homenagem aos Mortos



Momentos de convívio entre os participantes na reunião

A SITUAÇÃO DO ANTIGO COMBATENTE NA EUROPA

Na quase generalidade dos países europeus, os deficientes, tanto civis como militares, têm direitos muito superiores aos que são reconhecidos aos seus camaradas portugueses.

Outra constante no panorama europeu consiste na existência de maiores direitos para o deficiente militar que aqueles de que disfruta o deficiente civil.

Contudo, embora nem sempre as reivindicações dos deficientes militares recolham o apoio dos deficientes civis, estes acabam em muitos casos por beneficiar a prazo das suas conquistas. Essa constatação é feita em Portugal e em

muitos outros países: os direitos obtidos pelos deficientes militares acabam em muitos casos por se tornar extensivas aos deficientes do trabalho e outros deficientes civis.

Lembramos por exemplo, em Portugal; o direito a juro bonificado para compra de habitação e a isenção de direitos alfandegários para a compra de viatura própria.

Como termos de comparação, publicamos hoje o resultado de conversas havidas com delegações de França e Itália que estiveram presentes na última reunião da FMAC realizada em Lisboa.

FRANÇA: DOIS MILHÕES DE VÍTIMAS DE GUERRA

A UFAC — Federação francesa das organizações de antigos combatentes representa cerca de 2 milhões de homens e mulheres civis e militares que têm de comum a condição de vítimas de guerra, e foi uma das organizações fundadoras da Federação Mundial.

Sobre as actividades desta organização e sobre a situação do deficiente francês em geral ouvimos dois dirigentes desta federação, René Peyre e George Morizio.

Em França, país sacrificado durante a Segunda Guerra Mundial, há muitas associações de deficientes e outras vítimas da guerra: a Federação Nacional de Combatentes e Prisioneiros de Guerra, a Associação de Deportados, duas associações específicas de ferroviários antigos combatentes, uma associação de funcionários dos Correios, Telefones e Telégrafos que serviram durante a Resistência, uma associação de deficientes do Norte de África, além de associações de cegos de guerra e outras associações de grandes deficientes.

A Confederação de todas essas associações tem como finalidade fundamental fazer respeitar o direito do deficiente à reparação dos danos causados pela guerra, embora a sua acção se tenha alargado com o tempo à defesa de casos específicos de militares que prestaram serviço em territórios extra-europeus sob administração francesa.

Legislação sobre deficientes

As leis francesas prevêem a indemnização de todas as vítimas de guerra, civis ou militares.

Estão igualmente contemplados na lei francesa as situações de vítimas em tempo de paz, que incluem nomeadamente a cobertura de todas as doenças declaradas durante o período que vai de 90 dias após a incorporação de um militar até 30 dias após a sua passagem à disponibilidade.

Da mesma forma, pequenas doenças existentes à data da incorporação que se tenham agravado durante o período de serviço são consideradas de acordo com um critério percentual.

Ainda os acidentes sofridos durante o serviço, período de recruta, são indemnizados desde que não tenha havido «falta indesculpável» do militar acidentado.

Os militares do quadro permanente são indemnizados com uma pensão mensal por doenças ou deficiência em serviço igual à pensão correspondente para o mesmo caso em

caso de doença ou deficiência adquirida em campanha, desde que, como no caso anterior, se não prove que o acidente resultou de falta grave do militar acidentado.

O grau de deficiência é estabelecido de acordo com uma tabela de percentagens e, a partir de 80 por cento de deficiência, o militar tem direito a um subsídio de grande deficiência a acrescentar à sua pensão-base.

Esse subsídio de grande deficiência é atribuído automaticamente a cegos e bi-amputados.

Emprego reservado

Os deficientes vítimas da guerra, civis ou militares, têm direito a emprego reservado, que consiste numa percentagem de deficientes a admitir obrigatoriamente pelas empresas.

A pensão militar do deficiente é vitalícia e não depende da sua situação económica ou de emprego. Isto significa que o deficiente, se trabalhar, pode acumular a sua pensão com o salário, embora o mesmo não aconteça com certos subsídios específicos que o beneficiário perderá se se empregar.

A pensão base, porém, é vitalícia, não está dependente da existência ou não de outros rendimentos, nem sequer de uma eventual redução da situação de deficiência. Um exemplo: os casos de cegueira provocados pelo gás-mostarda durante a Segunda Guerra Mundial que vieram, anos depois, a registar melhoras, recuperando parte da visão: as pensões dos deficientes nesse caso não foram reduzidas.

No plano organizativo, em França existe uma Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes (já chegou até a haver um ministério) e a Confederação das Associações de Antigos Combatentes tem uma Comissão Orçamental que reúne regularmente com o secretário de Estado.

Réne Peyre e George Morizio dizem-nos que por vezes «não é por isso que os assuntos são tratados mais depressa». «Mas pelo menos discutimos», dizem-nos a concluir.



ITÁLIA: O BRAÇO DE UM SOLDADO VALE TANTO COMO O DE UM GENERAL

«Um braço de um soldado vale tanto como um braço de um general» perante as leis em vigor em Itália respeitantes à reparação de danos de guerra — esta uma das revelações que nos foram feitas por Gerardo Agostini e M. Vatteroni, representantes da Associação Nacional de Combatentes e Deficientes de Guerras, que tivemos ocasião de ouvir aproveitando a sua presença em Lisboa durante a reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

Os deficientes militares italianos dispõem de uma organização forte, bem inserida na sociedade, presente em todo o território do país e representada junto dos vários níveis da administração pública.

Para esse facto contribui certamente a antiguidade da sua associação, que nasceu ainda durante a I Guerra Mundial e dispõe hoje de 6000 sedes em Itália e delegações em França, Suíça e América Latina.

Em Itália há actualmente 320000 deficientes de guerra que recebem pensão, mas o número de filiados na associação é bastante superior. Diz-nos Gerardo Agostini que 90 por cento dos militares aposentados fazem parte da sua associação.

«Somos uma associação unitária e apertada, e é nisso que reside a nossa força» diz por outro lado Vatteroni, e cita o exemplo recente de uma lei sobre o estatuto do deficiente militar aprovada no parlamento italiano, subscrita pelos deputados demócratas-cristãos e comunistas.

Transportes gratuitos e pensão corrigida segundo a inflação

Os deficientes militares italianos, e apenas a estes nos referimos visto que o seu regime legal é completamente distinto do dos deficientes civis, recebem pensões específicas de compensação por danos sofridos estabelecidas segundo um quadro de graus de deficiência com 16 categorias, além das pensões de reforma.

Para se ter uma ideia, a soma da pensão e subsídios recebidos por um cego de guerra em Itália, incluído o subsídio para acompanhante totaliza 4 milhões de liras (perto de 400 contos), independentemente da sua patente.

Diz-nos ainda Gerardo Agostini que a pensão igual para soldado e general é uma conquista relativamente recente, de há cerca de dez anos, e representa uma luta de 50 anos da sua associação.

Parte das conquistas dos deficientes militares são de resto ainda mais recentes, visto que

até há oito anos as pensões recebidas pelos militares deficientes em serviço eram iguais às dos deficientes civis.

Contudo há que considerar que as pensões dos deficientes civis não tem comparação com a realidade portuguesa: dizem-nos os representantes da Associação italiana que «um cego de guerra recebe mais cerca de 30 por cento que um cego por acidente de trabalho».

Feitas as contas, concluímos que um cego por acidente de trabalho, em Itália, recebe perto de 300 contos mensais.

Diálogo permanente com o Parlamento

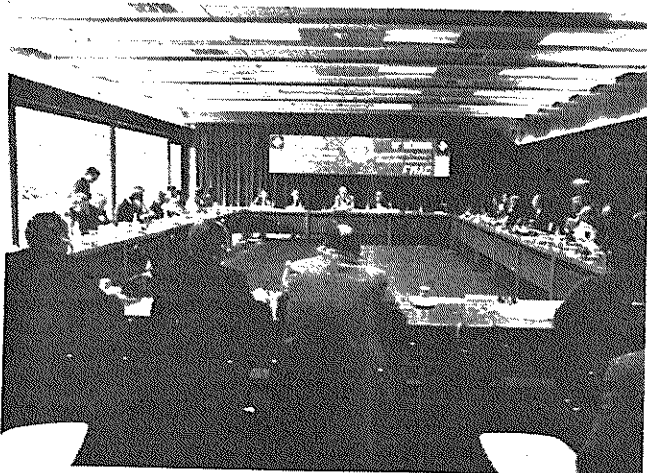
O antigo combatente italiano tem ainda direito a transportes gratuitos e as pensões são actualizadas segundo uma «escala móvel» que todos os anos eleva as pensões na mesma proporção dos salários.

Tudo isto foi conseguido através de uma organização forte. A associação tem estruturas por região, província e concelho, cujas actividades são coordenadas por uma Comissão Nacional eleita de três em três anos, que defende os direitos dos ex-combatentes junto do poder central.

«Estamos em contacto contínuo com o Parlamento, embora nada tenhamos a ver com seja que partido for em particular. Estamos sempre em luta com o Governo mas, sempre também, em diálogo com o Parlamento».

Quisemos ainda saber como encara a legislação italiana a situação dos militares deficientes em serviço e fora de serviço. Respondem-nos que há dois regimes: o «deficiente de serviço» tem direito a uma pensão calculada em percentagem do seu salário na vida civil; enquanto o deficiente «fora de serviço» recebe uma pensão de sobrevivência paga pela previdência social.

A Associação italiana, de vocação exclusivamente militar não tem contactos regulares com as organizações de deficientes civis. Mantém no entanto relações internacionais com outras associações nacionais de deficientes militares.



Aspecto de uma das reuniões de trabalho da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da FMAC, nas instalações da Fundação Gulbenkian

NOS OLHOS DOS OUTROS

- 1 — Quando se depara com um deficiente a pedir, costuma dar-lhe esmola?
- 2 — O deficiente é uma pessoa diferente?
- 3 — Acha que a situação da deficiência diz respeito só aos indivíduos deficientes?
- 4 — Em sua opinião é ou não difícil aos deficientes arranjam emprego?
- 5 — Costuma interessar-se pelas notícias, programas ou artigos sobre os deficientes?
- 6 — Já alguma vez pensou que podia ficar deficiente?
- 7 — Conhece ou tem entre os seus familiares ou amigos alguma pessoa deficiente?
- 8 — Quando se depara com um cego para atravessar a rua costuma ser indiferente, indica-lhe a melhor forma de o fazer, aguarda que ele peça ajuda ou dirige-se a ele, dá-lhe o braço e atravessa-o?



Norberto Machado — 40 anos. Bancário — 7.º ano.

- 1 — Normalmente não dou porque o deficiente é uma pessoa válida como outra qualquer.
- 2 — Não, de maneira nenhuma.
- 3 — Acho que não, em certa medida ele está integrado na sociedade, podendo ser ainda mais bem integrado.
- 4 — É sim.
- 5 — Sem que posso leio.
- 6 — Concerzeza que sim, eu fui tropa... Nessas e noutras situações um indivíduo pode ficar deficiente.
- 7 — Conheço, o meu irmão também teve problemas em miúdo mas ultrapassou-os perfeitamente.
- 8 — Quando vejo que ele está com problemas tento ajudar.



Celestino Ribeiro — 56 anos. Funcionário do Teatro D. Maria II — 2.º grau.

- 1 — Depende, se ele realmente necessitar dou. O deficiente não pede só esmola, pode ter outras necessidades, nem todos os deficientes andam a pedir.
- 2 — É só diferente na parte que diz respeito à deficiência, de resto é um ser humano como outro qualquer.
- 3 — Não, diz respeito a todos nós.
- 4 — Eles têm mais dificuldade, mas há muitos empregos que eles podem desempenhar, por exemplo, em caixas de supermercados, etc.
- 5 — Na televisão, havia até um programa a que eu assistia sempre.
- 6 — Já várias vezes estive, tenho tido sorte, com umas quedas que dei. Tudo pode acontecer.
- 7 — Tenho pessoas muito doentes que posso considerar deficientes e tenho um primo que é deficiente desde pequenino.
- 8 — Dou-lhe o meu braço, sei como é que se conduz uma pessoa nessas condições e se vou para o local do deficiente acompanho-o.

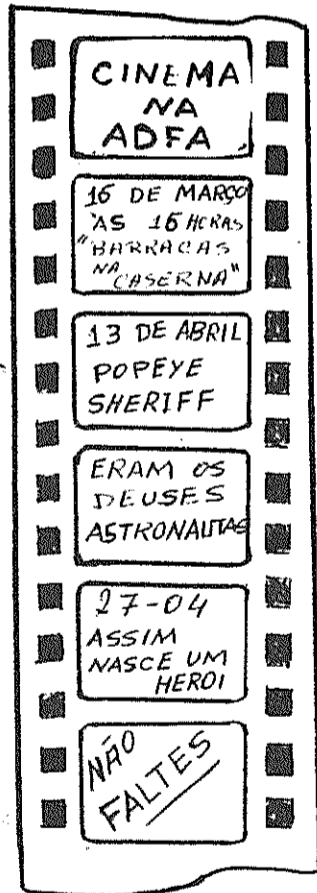
VASTO PROGRAMA DE ACTIVIDADES A REALIZAR NA SEDE

E por que não vir até à sede de Lisboa da ADFA ao sábado, assistir a um filme, utilizar o bar, aproveitar para conviver ou participar das várias realizações programadas de que aqui damos conta? O esforço realizado para manter a sede aberta também nesse dia de fim de semana tem sido correspondido, mas há ainda lugar para muitos mais associados nessas realizações. O convite e o calendário detalhado das próximas actividades aqui ficam à vossa consideração.

De acordo com o programa de actividades a desenvolver durante o corrente ano, divulgado nos últimos números do «ELO», iremos levar a cabo várias actividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, procurando através das mesmas criar na sede da nossa Associação um espaço de convívio associativo, nomeadamente aos sábados, no período da tarde. É óbvio que não será só na sede que iremos levar a efeito o nosso programa, pois, os núcleos criados e a criar merecerão também a nossa atenção e apoio, não ignorando, também, o importante trabalho de sensibilização que se deverá fazer junto da opinião pública, tendo em vista a mudança de atitude em relação à pessoa deficiente.

CINEMA

Dos vários filmes que têm corrido o mercado cinematográfico, fizemos uma se-



lecção, procurando com a mesma satisfação a maioria dos nossos sócios com o mínimo de qualidade. As-

sim, incluímos na nossa programação filmes de guerra, ficção, desenhos animados, sátiras e policiais, muitos dos quais foram êxito aquando da sua estreia nos cinemas comerciais.

«BARRACAS NA CASERNA»

Será este o filme a exibir no próximo dia 16 de Março, às 15.00 horas. Trata-se de um filme cómico com Christine Abt e Philippe Clair. Uma comédia onde não irão faltar as gargalhadas e a boa disposição.

DIA 13 DE ABRIL — ÀS 15 HORAS

«ERAM OS DEUSES ASTRONAUTAS» E «POPEYE SHERIFF»

Dois filmes de qualidade, um destinado aos mais crescidos e que os pequenos que já sabem ler também gostam, o outro, um filme de desenhos animados essencialmente para os menos crescidos mas que muitos adultos também não dispensam.

O primeiro trata-se de um filme de ficção realizado por Harald Reini e que ainda há muito pouco tempo foi exibido com êxito por um cinema da capital. O segundo, é um filme do Popeye, dispensa comentários.

DIA 27 DE ABRIL — ÀS 15 HORAS «ASSIM NASCE UM HERÓI»

Quem não conhece Henry Fonda que com Michel Caine desempenham o principal papel neste filme sobre a guerra do Vietnam.

Um filme de qualidade e que nós recomendamos. Enfim, a não perder.

No próximo número do «ELO» voltaremos a referir-

-nos aos restantes filmes que temos programados.

OUTRAS ACTIVIDADES

Para além da projecção de filmes, serão desenvolvidas várias outras actividades, no âmbito da sede, procurando com as mesmas desenvolver o convívio e o associativismo entre todos nós tendo sempre como preocupação a relação de camaradagem que deve estar patente de forma a institucionalizar na sede um importante espaço associativo, dinâmico e autónomo, onde todos nós nos possamos sentir em nossa casa.

12 DE ABRIL — ÀS 20,30 H DEBATE SOBRE SEXOLOGIA

O amor é ainda hoje um assunto incómodo na sociedade em que vivemos, tal como a deficiência o é também. Conjugados dois tabús que a sociedade faz por esconder na maior parte dos



casos, a sexualidade do deficiente é assunto de que se não fala por duplo motivo. Por isso mesmo, a ADFA faz questão de abrir o debate e dar a palavra e a informação porventura necessária aqueles a quem o assunto mais particularmente diz

respeito. No próximo dia 12 de Abril, relembremos, vai realizar-se na sede de Lisboa um debate sobre sexualidade e deficiência orientado pelo nosso associado Valente dos Santos.

Não se tratará, no debate a que vamos proceder, de um colóquio, de uma conferência, tão pouco de uma aula ditada de cátedra, mas de um debate informal em que todos poderão intervir, trocar experiências e lançar para a assembleia as dúvidas que possam ter.

O nosso associado Valente dos Santos psicólogo-sexoterapeuta, — que conhecemos dos artigos intitulados «Janela Interior» que têm vindo a ser publicados nesta página — estará presente para contribuir com a visão científica dos problemas e esclarecer dúvidas que venham a ser manifestadas, mas a sua presença abalizada não dispensa — antes deverá incitar — a uma participação activa de todos neste debate.

DIA 20 DE ABRIL: CONVÍVIO

No dia 20 de Abril, a partir das 15.00 horas, realiza-se na sede da ADFA um convívio associativo destinado aos nossos associados e seus familiares. Para os mais pequenos haverá uma prova de desenho e pintura, deixando o tema à imaginação dos miúdos.

Para os mais crescidos haverá provas de jogos de salão, nomeadamente Bilhar, Ping-Pong, Damas, Xadrez e Sueca.

À semelhança do que acontece nos dias em que há cinema, o Bar estará aberto para tornar mais salutar este convívio.

25 DE ABRIL

No dia 24 de Abril à noite, será projectado o diaporama da ADFA, a partir do

SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Colónias de férias e centros de repouso

Nas colónias de férias infantis para descendentes dos beneficiários dos SSFA, no Forte de S. João das Maias e Lar Académico Militar, as despesas de estadia são suportadas pelos SSFA, contribuindo os beneficiários com uma pequena parte anualmente fixada pela Comissão Directiva, e que este ano varia entre 1000\$00 e 4000\$00 de acordo com as capacidades do beneficiário.

São também alterados os preços no Centro de Recuperação de Porto Santo (Cereposa), a partir de Abril próximo, cuja diária passa a variar entre 400\$00 e 850\$00 de acordo com o rendimento do beneficiário.

No Lar Académico Militar, em Oeiras, relativamente ao Centro de Repouso para Idosos e Reformados, às colónias de férias para agregados familiares e ao regime da messe, os preços fixados a partir do primeiro trimestre, cifram-se entre 350\$00 e 750\$00, de acordo com o rendimento e a época do ano.

Empréstimos para habitação

Encontra-se aberto, até 31 de Março de 1985, concurso para concessão de empréstimos para habitação própria e permanente dos beneficiários-titulares dos SSFA e dos seus agregados familiares.

Para mais informações deverão os interessados contactar o Serviço de Apoio Social da ADFA.

Palácio para o exterior, procurando com esta acção, a ADFA, assinalar a passagem de mais um ano sobre esta data histórica.

as crianças bem como as datas em que serão feitos os ensaios.

ADFA NA NAUTICAMPO

TEATRO E GRUPO CORAL

Com a experiência colhida por altura da festa de Natal, para a qual ensaiamos um grupo de crianças, filhas dos nossos sócios, iremos avançar dentro de pouco tempo com um grupo de teatro infantil e um grupo coral infantil, procurando-se com isto aproveitar as potencialidades que cada criança tem e que muitas vezes não as consegue demonstrar. Neste momento estamos a efectuar os últimos preparativos com as pessoas qualificadas que connosco estão dispostos a trabalhar a título de voluntariado, pelo que no próximo número do «ELO» daremos mais informações sobre a data em que iremos reunir

A ADFA terá patente na FIL, durante a NAUTICAMPO que decorre de 15 a 24 de Março, um stande com diverso material de dinamização e desporto e uma pequena exposição fotográfica.

A presença da nossa Associação neste certame vem já sendo frequente, procurando-se com a mesma divulgar a ADFA, o trabalho que tem desenvolvido e sensibilizar as visitantes para a problemática do deficiente.

Agradecemos as facilidades que nos têm sido cedidas pela Feira Internacional de Lisboa, sem as quais seria impossível a nossa presença nesta feira que é, talvez, aquela que atrai maior número de visitantes.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

A Secção de Pesca da Delegação de Coimbra da ADFA, vai realizar mais um concurso de pesca desportiva de águas interiores no próximo dia 31 de Março no local denominado Oveiro na barragem da Agueira. O concurso faz parte do calendário de provas deste ano da Associação Regional das Beiras de Pesca Desportiva de Rio da qual somos filiados, sendo a prova sancionada pela Federação Nacional de Pesca Desportiva de Rio. Só poderão concorrer desportistas federados munidos do seu respectivo cartão. A prova que terá início às nove horas terá em disputa valiosos prémios entre taças, troféus e medalhas.

Com esta iniciativa, pretende-se acima de tudo a divulgação da nossa Associação no seio da população, servindo ao mesmo tempo como incentivo a todos os deficientes na prática da modalidade em particular e do desporto em geral.

Todos os associados que queiram apreciar uma paisagem deslumbrante, poderão dirigir-se nesse dia à Agueira assistindo ao mesmo tempo a uma organização desportiva que a todos nós diz respeito.

Quaisquer informações poderão ser pedidas à deleg. de Coimbra da ADFA, por escrito ou através do telefone 27712.

DIA 13 — EM PENICHE REUNIÃO DE SÓCIOS

Uma reunião de sócios da ADFA da zona de Peniche vai ter lugar no próximo dia 23 de Março, pelas 10.30 horas, nas instalações da CERCIP, nessa localidade, tendo em vista a criação de um núcleo da ADFA.

Esta reunião, que também foi divulgada num jornal regional de Peniche, surge na sequência de vários contactos com os sócios mais empenhados, os quais vêm manifestando interesse em proceder à organização da estrutura mínima da nossa Associação, numa área onde reside um significativo número de sócios.

De acordo com os estatutos, os Núcleos deverão garantir a participação directa dos sócios na vida associativa, através de uma estreita ligação local.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

ASSOCIAÇÃO n.º 39 de Out./Nov. de 1984
CENTURIÃO n.º 4 de Fev. de 1985
INFORMAÇÃO n.º 11, 1.º trimestre de 1985
JORNAL DOS REFORMADOS n.º 122 de Jan. de 1985
MAIS ALTO n.º 233 de Jan./Fev. de 1985
Vem noticiada a comemoração do 10.º aniversário do «Elo».
MINUSPORT n.º 59-60 de 1985
NEFRÁMEA n.º 12 de Dez. de 1984
Destacável «O Decorrer de uma Luta»
REVISTA DA FSM n.º 1 de Jan. de 1985
REVISTA PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA n.º 4 de Set./Dez. de 1984

NÚCLEO DE ALCOBAÇA REÚNE COM SÓCIOS EM S. JORGE — BATALHA

A pedido de um grupo de sócios de S. Jorge — Batalha, o Núcleo da ADFA em Alcobaca, vai reunir com os sócios daquela localidade, no próximo dia 24 de Março, pelas 15 horas, nas instalações da sede do Condestável Atlético Clube.

O Núcleo de Alcobaca tem desenvolvido um trabalho muito valioso junto das entidades locais, procurando sensibilizá-las para a problemática do deficiente, estando prevista a realização de uma reunião e inauguração de uma exposição que se manterá patente ao público durante uma semana, no início de Maio próximo.

TORNEIO DE BASQUETEBOL EM CADEIRAS DE RODAS DA D. G. D.

ALCOITÃO VENCEU ADFA

A equipa do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) é a nova campeã de basquetebol em cadeira de rodas desde o sábado 9 de Março, em que, em jogo muito disputado e caracterizado também por grande nervosismo, venceu a nossa equipa pelo expressivo resultado de 49-19.

Foi um autêntico balde de água fria para a ADFA, que até ao último momento se bateu pela vitória, mas não teve possibilidade de superar a vantagem resultante do material de incomparável melhor qualidade da sua adversária, cujos méritos, de resto, não pretendemos desmerecer. A equipa da CMRA que aqui saudamos, é a nova campeã. A ADFA não desistirá por isso. Pelo contrário, procurará continuar a fazer sempre melhor e dotar-se com material que a não coloque na situação de desvantagem à partida.

O torneio de basquetebol em cadeira de rodas deste ano pode-se dizer que foi bastante excitante e movimentado com altos e baixos

Grupo Desportivo «Os Galgos», à D. G. D., que este problema foi posto de forma bastante incisiva, tendo-se em seguida a essa tomada

damente resguardado, não tem podido treinar com a assiduidade necessária.

ADFA-Alcoitão

Este jogo era o mais ansiosamente esperado pois nele se iria decidir quem seriam os vencedores do Torneio. A ADFA à partida era a favorita não só pelo facto de ter um ponto de vantagem, como ainda por ter sido a equipa que ao longo do campeonato maior capacidade demonstrou.

O Alcoitão começou a atacar furiosamente e conseguiu adiantar-se no marcador logo desde os primeiros minutos. A ADFA tentou reagir com jogadas táticas algumas delas muito bem concretizadas. O Alcoitão porém preferiu seguir a tática de cobertura de homem a homem e, explorando a óptima qualidade das suas

cadeiras especiais para desporto novinhas em folha, conseguiu através de contra-ataques ir-se distanciando nos marcadores.

Aconteceu aquilo que era inevitável, a ADFA com cadeiras velhas, com mais de cinco anos de uso e que para mais não adaptadas para desporto, por mais que os seus atletas se treinem, elaborem táticas bem escalonadas, tenham uma preparação física muito boa, é praticamente impossível competir. Ponham o melhor ciclista a fazer a volta numa pedaleira e verão os resultados. Esta diferença de qualidade de material enquanto os jogos se realizam em campos de mais reduzidas dimensões, não era notória, mas num pavilhão com medidas maiores é abismal.

O resultado foi de 49-19, a diferença foi exagerada se considerarmos as oportunidades e marcação desperdiçada pela ADFA e isso foi mercê do nervosismo que se apossou dos jogadores a partir de uma certa altura.

Pela ADFA alinharam: Jorge Neto, António Botelho, José Vilarinho, José Poveiro, Carlos Noivo, Horácio Ferreira, António Djaura e Víctor Borges e pelo Alcoi-

tão: Manuel Palma, António Carlos, José Borges, Armando Baptista, Manuel Moura, Raul Mendonça e Carlos Arrais.

Arbitragem

Os jogos foram arbitrados por técnicos devidamente credenciados, os senhores Álvaro Martins e António Ferreira. A arbitragem esteve boa, controlando o jogo com muita segurança. Parece-nos no entanto que houve um excesso de rigidez na marcação de certas faltas o que poderá ter retirado um certo ritmo às partidas.

Álvaro Martins, afirmou-nos que não existe dificuldade de maior em um árbitro de basquetebol arbitrar um jogo de basquetebol em cadeiras de rodas, pois as regras à partida são iguais, não havendo necessidade de nenhum curso especial de adaptação.

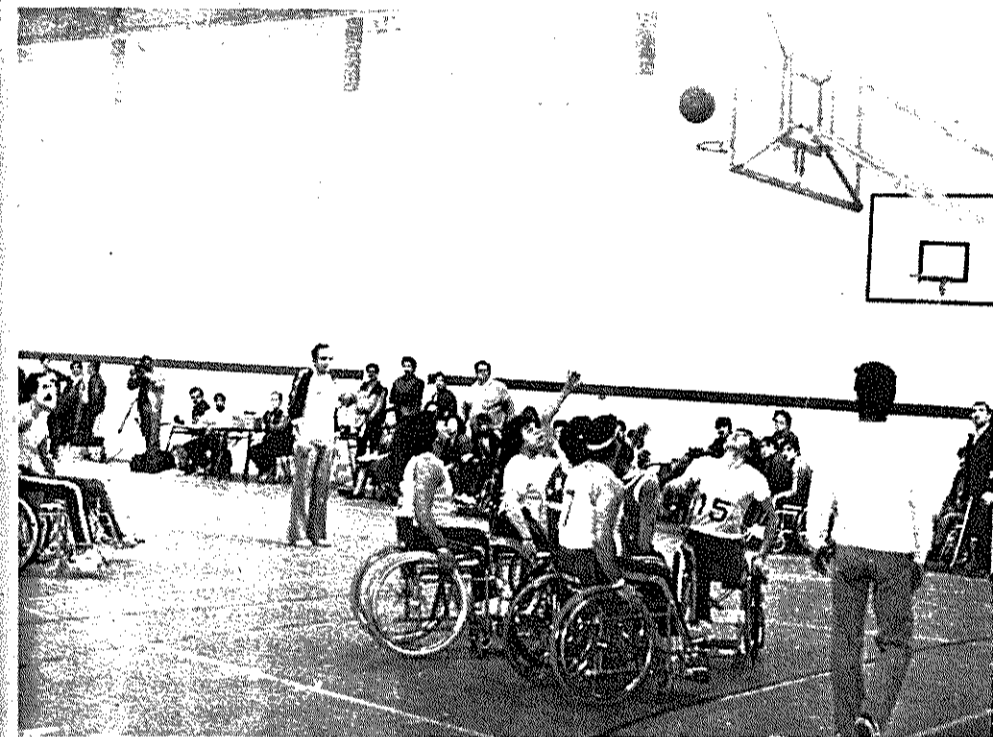
Mais iniciativas

O professor Pedro, treinador de os «Galgos», afirmou-nos que é necessário que se dê mais divulgação a esta modalidade, uma vez que há muitos jovens que nem sabem da existência de

clubes onde possam praticar e que esta divulgação junto dos jovens estudantes deve passar por iniciativas da D. G. D. Criticou ainda a D. G. D. por não realizar mais provas em pista e que deveria de haver pelo menos duas provas destas por ano.

Muito trabalho e sacrifício

Para terminar não podemos deixar de realçar o que tudo isto representa de trabalho e sacrifício por parte de todos, especialmente dos jogadores que, vencendo barreiras muito grandes, desde há vários anos, têm vindo a fazer avançar paulatinamente esta actividade, que em termos de qualidade tem vindo a sofrer avanços continuados. Esperamos que todos estes esforços mereçam de quem de direito o apoio e cooperação que merecem de forma a que possam levar os atletas deficientes portugueses a competições internacionais e que os órgãos de Comunicação Social dêem pelo menos uns cantinhos à prática desta modalidade que até à data não tem sido nenhuma ou praticamente nenhuma.



Um pormenor do jogo entre o Alcoitão e a ADFA

LUÍS FRANCO

sobretudo ao nível da sua organização.

A primeira parte do torneio foi feita nos moldes arcaicos em que tinha vindo a ser efectuado nos últimos anos; a segunda parte foi completamente diferente e organizada em termos de prestigiar o desporto para deficientes.

O milagre de Alvalade

Aos leitores menos atentos pode passar despercebido um facto da maior importância: como e porquê passou o torneio a ser disputado no Pavilhão de Alvalade e não no mini-campo do Pavilhão do Estádio Universitário e como passaram os jogos a ser arbitrados por técnicos devidamente credenciados?

As condições em que o desporto para deficientes se vem desenvolvendo tem-no remetido para uma situação marginal, no estilo de que é preciso fazer alguma coisa pelos coxos e assim um pouco em cima do joelho ia-se fazendo qualquer coisa de formas muitas vezes não correctas que representavam falta de respeito para com os deficientes. Este estado de coisas tem vindo desde há muito tempo originando sérios protestos por parte dos desportistas. Foi no entanto numa carta enviada pelo jovem criado

de posição, recusado a continuar a participar no torneio só tendo retomado a sua participação após terem sido garantidas condições mínimas exigidas.

A D. G. D.-Lisboa mercê desta pressão soube mudar o rumo ao barco já no fim da viagem e ainda bem. Esperamos que esta mudança de atitude não seja apenas algo de momentâneo, mas que seja algo de definitivo, que represente um salto qualitativo por parte da D. G. D. na forma de encarar os problemas e o desporto para deficientes.

«Galgos»-«Joanita»

No pavilhão de Alvalade respirava-se um ambiente de alegria e boa disposição se bem que uma certa ansiedade e nervosismo fosse evidente.

O jogo entre os «Galgos» e o «Joanita» não teve problemas. Pelos «Galgos» alinharam: Vítor Silva, Luís Cruz, Rui Costa, António Soares, Vítor Taborda e William Sousa. Pelo «Joanita»: João Cardoso, Manuel Delgado, Vasco Ferreira, Fernando Oliveira, Luís Quaresma, Jorge Almeida, Carlos Oliveira e José António.

O resultado final foi de 33-22 favorável ao «Joanita». Esta equipa devido ao mau tempo que se tem feito sentir e ao facto de o campo onde treinam não ser devi-

CINCO PORTUGUESES PARTICIPAM NA PRÓXIMA

OLIMPÍADA DE XADREZ PARA CEGOS, EM ESPANHA

A Organização Nacional de Cegos de Espanha (ONCE) vai organizar, de 5 a 19 de Maio próximo, em Benidorm (Espanha) a Olimpíada de Xadrez para Cegos, em que participarão cinco portugueses, que comparecem pela primeira vez neste tipo de competição internacional.

Os portugueses José Carlos Mimoso, António Manuel Rita Aveiro, José Luís de Carvalho, Pedro Ribeiro e José Luís de Almeida (suplente), todos sócios da União de Cegos Xadrezistas de Lisboa vão assim estreitar-se dentro de dois meses na competição internacional ao mais alto nível.

Com efeito a Olimpíada de Xadrez, criada pela Internacional Braille Chess Association, com sede na Suíça, e já na sua sétima edição constitui um ponto alto da prática deste desporto, em que além de Portugal e Espanha são esperadas presenças da França, URSS e RDA, nomeadamente.

O torneio de apuramento que levou à escolha dos jogadores já mencionados, lembramos, decorreu na sede da ADFA em Lisboa de 25 de Novembro a 2 de Dezembro de 1983, contando com a homologação da Federação Portuguesa de Xadrez.

A União de Cegos Xadrezistas de Lisboa conta já alguns apoios para o esforço económico que esta deslocação implicará e espera que outros surjam entre tanto.

Nos próximos números, o ELO dará conta mais pormenorizada deste acontecimento.



Os xadrezistas numa simultânea realizada na ADFA

dum tabuleiro de xadrez

Classificação final

	V	D	FC	PONTOS	PONTOS
ALCOITÃO	5	1	—	241-142	11
ADFA	5	1	—	231-143	11
«Joanita»	2	4	—	135-189	8
«Galgos»	—	5	1	93-226	5

Melhores marcadores

1.º António Botelho, ADFA	80
2.º Vítor Borges, ADFA	66
3.º António Gordo, Alcoitão	57
4.º Carlos Arrais, Alcoitão	50
5.º Armando Baptista, Alcoitão	47
6.º José Vilarinho, ADFA	41

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

DIA 30 DE MARÇO EM LISBOA

ASSEMBLEIA REALIZA-SE EM LOCAL FUNCIONAL E ACESSÍVEL AOS SÓCIOS COM TODOS OS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

Conforme convocatória publicada na primeira página, a Assembleia Geral Nacional Ordinária vai realizar-se no próximo dia 30 de Março, em Lisboa (na Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, junto ao Hospital de Sta. Maria).

Cumprindo este ano os prazos estatutários (realização até 31 de Março), a Assembleia, além da aprovação dos relatórios relativos a 1984, actualizará as quotas para 1986, procederá à alteração do Regulamento Eleitoral em vigor e apreciará as conclusões do processo disciplinar instaurado ao ex-Presidente da Direcção da Delegação de Évora.

Os relatórios, tanto do Conselho Nacional como da Direcção Central, bem como as contas, estarão

quantitativo da quota a pagar pelos sócios em 1986.

O terceiro ponto da ordem de trabalhos diz respeito ao Regulamento

instaurado ao ex-Presidente da Direcção da Delegação de Évora. Este processo foi instaurado por deliberação do Conselho Nacional de 26

mos já de outras Assembleias que aí tiveram lugar, reúne óptimas condições. O acesso e utilização das instalações permite que todos os sócios, independentemente da sua deficiência, possam participar na Assembleia sem problemas de barreiras. Esta uma das

razões por que se espera uma grande participação dos sócios. Mas a razão fundamental é que a presença de cada um na Assembleia é não só um direito como também um dever. Além disso, nos últimos tempos os sócios não têm sido chamados à Assembleia Geral — a

última foi exactamente há um ano. Espera-se, assim, a presença de um grande número de associados.

A Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian situa-se ao lado do Hospital de Sta. Maria. Dispondo de um amplo parque de estacionamento para os sócios que se desloquem de carro. Por autocarro, o acesso é fácil, podendo ser utilizadas as carreiras n.º 31, 32, 35 e 38.

RELATÓRIO E CONTAS À DISPOSIÇÃO DOS SÓCIOS PARA CONSULTA

APELO À PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NA ASSEMBLEIA

Eleitoral, pretendendo-se adequá-lo aos novos Estatutos, para além de possíveis outros melhoramentos que entretanto

de Janeiro último, que, ao mesmo tempo, decidi encerrar temporariamente a Delegação. O Presidente da Direcção da De-



Local da realização da Assembleia Geral assinalado com um X

à disposição dos sócios, para consulta, na Sede e nas Delegações, pelo menos nos 10 dias que antecedem a Assembleia, conforme previsto nos Estatutos.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Nacional em 1984, a actualização das quotas processar-se-á, para o ano seguinte, na Assembleia Geral Nacional Ordinária. Assim, nesta Assembleia discutir-se-á o

venham a ser considerados oportunos pelos sócios. Este Regulamento destinar-se-á ao próximo acto eleitoral (para todos os órgãos da Associação), que, embora não tenha ainda data marcada, deverá realizar-se até fins de Julho, conforme previsto nos Estatutos.

No último ponto da ordem de trabalhos a Assembleia deverá pronunciar-se sobre as conclusões do processo discipli-

legação, que aquando da reunião do Conselho Nacional tinha já renunciado ao cargo, assumiu todas as responsabilidades sobre as ilegalidades detectadas pelo Conselho Fiscal Central.

Por gentileza da Direcção da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, a Assembleia Geral Nacional do dia 30 de Março vai realizar-se no anfiteatro daquela Escola, o qual, como sabe-

ÚLTIMA HORA:

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO E CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA ASSINARAM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

O Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Abecassis, assinaram no dia 12 de Março — véspera da publicação desta edição — um Protocolo de cooperação entre o Secretariado Nacional de Reabilitação e o Núcleo de Intervenção para a Recuperação de Diminuídos (NIPRED) do Município lisboeta.

Nos termos desse Protocolo, a cujo texto ainda não tivemos acesso, as duas entidades comprometem-se a coordenar as respectivas acções com implicações para a população deficiente.

Tanto quanto conseguimos apurar exactamente sobre o momento — o Protocolo foi assinado às 16 horas e o «ELO» saía da máquina pouco depois — essa cooperação processar-se-á nomeadamente a nível do apoio técnico normativo, a nível de recursos humanos, e em contactos de carácter consultivo.

Daqui deverá resultar que o Secretariado Nacional seja ouvido antes de qualquer decisão do Município que diga respeito aos deficientes, enquanto o SNR se compromete a prestar à

CML toda a colaboração que lhe venha a ser solicitada nesse âmbito.

Embora, tanto quanto conseguimos apurar, o Protocolo não contemple aspectos particulares em que essa cooperação se deverá materializar no imediato, pensamos tratar-se de um passo importante no reconhecimento do SNR como organismo coordenador de

todas as acções dos deficientes a nível nacional.

Um dos aspectos práticos que se espera possam advir no imediato dessa cooperação diz respeito à ADFA e ao «ELO». Com efeito, de há muito que se tem procurado que o nosso jornal exista em versão sonora na Biblioteca Camões, dependente da CML.

Não dispondo a CML de meios técnicos para satisfazer esta aspiração, esperamos que da sua colaboração com o SNR venha a resultar a curto prazo a satisfação desta velha aspiração dos cegos, deficientes das Forças Armadas ou não.

DIA 16 DE MARÇO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA ADFA

O Conselho Nacional da Associação vai reunir no próximo dia 16 de Março. Trata-se da primeira reunião ordinária relativa a 1985, destinada essencialmente a aprovar, conforme definido estatutariamente, o relatório de actividades do próprio conselho, de 1984, que será depois submetido à Assembleia Geral Nacional Ordinária.

Nesta reunião, além da aprovação do relatório, o Conselho Nacional analisará as conclusões da 11.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, que decorreu em Lisboa de 24 a 27 de Fevereiro último, e debruçar-se-á especificamente sobre a situação das oficinas da Associação, uma questão sensível e que vem transitando de reunião para reunião.

Para além de tratar o ponto que não chegou a ser discutido na última reunião — «Análise da situação dos centros produtivos» —, o conselho procurará igualmente suprir a lacuna, que ficou também da última reunião, ou seja, a viabilização económica das oficinas, nomeadamente do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto, cujo orçamento ficou por definir.

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRÁFICOS

NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLIÇÕES E AMPLIAÇÕES

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

TEL. 362167/8/9

LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

CONSULTÓRIO MÉDICO NA SEDE DA ADFA

Para sócios e familiares, consultas de Clínica Geral e Psiquiatria, agora nas instalações da sede da ADFA (Palácio da Independência) em Lisboa.

Todas as quintas-feiras, às 12 horas.

Marcações no Serviço de Apoio Social, directamente ou pelo telefone 36 21 67/8/9.